

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E CINCO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E UM

-----No dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e um, pelas 20.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, no Cinetatro de Porto de Mós, sito em Praça Arménio Marques, em Porto de Mós, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----1. *Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior;*-----

-----2. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----1. *Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento);*-----

-----2. *Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2020; (Apreciação, discussão e votação);*-----

-----3. *Relatório do Auditor Externo sobre as Contas de 2020; (Apreciação);*-----

-----4. *Estatuto do Direito de Oposição; Relatório de Avaliação de 2020; (Apreciação);*-----

-----5. *Modificação aos Documentos Previsionais 2021-2025: (Reunião C.M. de 11/06/2021);*-----

-----5.1. *2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos; (Apreciação, discussão e votação);*-----

-----5.2. *2.ª Revisão às atividades mais relevantes; (Apreciação, discussão e votação);*-----

-----5.3. *2ª Revisão ao orçamento; (Apreciação, discussão e votação);*-----

-----6. *Tarifa Social relativa à prestação dos Serviços de águas - Decreto- Lei n.º 147/2017 – Proposta; (Apreciação, discussão e votação);*-----

-----7. *Alteração do Regulamento de Transportes Escolares do Município de Porto de Mós – Proposta; (Apreciação, discussão e votação);*-----

-----8. *Descentralização de Competências para os Órgãos Municipais do Domínio da Ação*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Social – Proposta de não-aceitação para o ano de 2021- (Apreciação, discussão e votação); -----

-----9. *Proposta de Alteração por Adaptação - Transposição de Normas do Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros para o PDM: (para conhecimento); -----*

-----10. *Comparticipação Financeira à Freguesia de São Bento para apoio na aquisição da antiga Farmácia – Proposta; (Apreciação, discussão e votação); -----*

-----11. *Comparticipação Financeira à União de Freguesias de Alvados e Alcaria para Reabilitação das margens do Rio Cabrão - Proposta; Apreciação, discussão e votação); -----*

-----12. *Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação) -----*

-----Estavam presentes na Mesa a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, a Primeira Secretária, Olga Cristina Fino Silvestre e em substituição do Segundo Secretário, Maria Goreti Fino Domingues. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Antonio Manuel dos Santos Carreira (AJSIM), Antonio Manuel Sousa Pires (PSD), Cristiana Ferreira do Rosário (PSD), José Gabriel Pires Vala (PSD), Júlio João Carreira Vieira (PSD), Rita Isabel Santos Miguel (PS), David Miguel Feteira Salgueiro (PS), Fernanda Maria dos Santos Ferreira Marques (AJSIM), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), João Guilherme Cerejo dos Santos (PSD), Patricia Isabel Zeferino Madeira (AJSIM), Liliana Carvalho Pereira (PS), Joaquim Santiago Virgilio Alves (PS), Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM), Norberto António Ferreira Nascimento Feteiro (AJSIM, António Pedro Costa (PS), José Miguel Silva Marto (PS) e Félix Correia dos Reis (PSD).-----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; João Carlos Coelho Ferreira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Jorge Paulo Costa Carvalho (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Arrimal/Mendiga; Manuel de Freitas Barroso (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Margarida Maria Fonseca Carvalheiro Louro dos Santos (AJSIM)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Antonio Rogério de Oliveira Vieira (IPP) Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Sandra Maria da Silva Martins (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Alvados e Alcaria e Tiago Manuel da Costa Rei (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Rui Fernando Correia Marto, Marco Paulo Barbosa Lopes e Sofia Margarida Amado Pereira Caetano, bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Rogério Nunes. -----

-----Faltaram à sessão, António José Jesus Ferreira (PSD), António Pereira Carvalho (PS), e Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS), tendo as suas faltas sido consideradas justificadas pela mesa nos termos regimentais, tendo sido substituídos, respetivamente, por Félix Correia dos Reis (PSD), José Miguel da Silva Marto (PS) e António Pedro Costa (PS) por serem os seguintes na lista de candidatos.-

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às vinte horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, começando por cumprimentar todos os presentes, fazendo votos de que todos se encontrem de boa saúde, no quadro geral de pandemia que se vive por estes dias. Assim, disse que se iria dar início à sessão ordinária do mês de junho, desejando a todos um bom trabalho, esperando que a sessão decorra na defesa dos interesses próprios da população do concelho de Porto de Mós, no quadro das atribuições do Município e no uso das competências definidas por lei. Terminou dizendo que esta sessão se vai reger pelo Regimento aprovado em 23 de fevereiro de 2018, pedindo a todos que se cumpram as regras do uso da palavra e os tempos atribuídos a cada interveniente. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:------

-----Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever para intervir. Inscreveram-se para intervir António Alves e Telmo Conceição.-----

Telmo Conceição (Porto de Mós):------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra iniciou a sua intervenção, depois de cumprimentar todos os presentes, dizendo que pediu a palavra por dois motivos. Primeiro porque deseja obter um esclarecimento sobre um ato vivido recentemente no concelho e como consequência desse ato, quer fazer aqui uma proposta sincera. Como é do conhecimento público, a freguesia de S. Bento, decidiu, há uns tempos atrás, construir um monumento de homenagem aos combatentes e suas famílias, tendo-o convidado a colaborar e tendo ele prontamente aceitado o desafio. Posteriormente, foi solicitado à Câmara Municipal de Porto de Mós, através do senhor Presidente, uma colaboração ou se se quiser, uma parceria. Disse que gostaria de perguntar ao senhor Presidente, qual foi a participação da Câmara Municipal de Porto de Mós, na execução e na coordenação da cerimónia, deste evento. A informação que tem, disse, é que o senhor Presidente da Câmara, Jorge Vala, recusou liminarmente qualquer participação. Disse depois que queria aqui recordar que uma coisa é ter um plafond de cinco mil euros para este monumento, e outra coisa é ter dez mil, quinze mil ou vinte mil. Continuou dizendo que, aproveita para informar esta Assembleia, que dos quinhentos e cinquenta monumentos construídos no nosso território, 99,9%, tiveram participação dos municípios. Infelizmente, será o único, este, que foi inaugurado a 30 de maio de 2021, e segundo informação que tem, que não teve participação do município. *“Será, que por ser eu o mentor e o angariador do monumento, terá alguma influência?”* E isto porque no início deste mandato, o município já mandou elaborar um monumento e inaugurou-o, da mesma área – Homenagem aos Combatentes que intervieram na primeira Guerra Mundial, situando-se esse monumento nas traseiras do edifício da Câmara Municipal. Se for a desculpa no excesso de investimento na extensão da rede da água na freguesia, disse sentir muito, mas quer aqui afirmar que a extensão da rede não pode ser considerada investimento, será sim um pagamento de dívida, com juros elevadíssimos, com relação aos habitantes sãobentonenses e que deve envergonhar todos os portomosenses, pelo facto de haver ainda munícipes que não têm acesso à rede, agradecendo desde já à Câmara o facto de se ter colmatado esta falha de anos e anos. Prosseguiu dizendo que na ordem de trabalhos, no ponto 10, vai ser discutida e votada uma comparticipação financeira para a aquisição de um imóvel pela Junta de Freguesia de S. Bento, do valor de quinze mil euros. Terminando, disse que não sabe qual foi a comparticipação da Câmara Municipal para a execução do monumento, mas sabe da sua ação em prol da construção deste monumento, dizendo quer pode adiantar que, do valor total do monumento, 50% se deve à sua ação. Uma parte pelo seu esforço em angariação de donativos e outra parte, devido a donativo pessoal, tendo dado a cara por um projeto que pensa não envergonhar nenhum portomosense. Disse ainda que a Liga Central dos Combatentes o esclareceu de que o monumento faz parte do top nacional e isso deve constituir uma satisfação para todos. Concluindo, disse que quer deixar aqui expresso que está disponível para colaborar com todas as freguesias e com todos os órgãos do concelho. Terminando disse que gostaria de fazer aqui uma proposta, dado que está motivadíssimo para colaborar e gostava imenso, que como portomosense, que no dia 24 de março de 2022, fosse inaugurado um monumento de homenagem aos valorosos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

capitães de Abril porque a partir de 24 de março de 2022, vão-se iniciar as comemorações do 50º aniversário da Revolução de Abril.-----

-----**António Alves (Porto de Mós):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que sendo muitas vezes crítico de coisas que se fazem, ou não, em Porto de Mós, queria manifestar o seu agrado por finalmente ver em curso, a requalificação de um espaço pela qual se bateu algumas vezes e que é a escadaria de S. Miguel e também o morro de Santo António. Dito isto, referiu que também queria deixar uma sugestão no que se refere ao espaço da antiga cadeia, lugar por onde passa todos os dias e que verifica estar muito degradada, mesmo ali ao pé do Castelo, propondo que pelo menos se lhe lave a cara. Referiu depois um episódio, na sequência do que já disse nesta Assembleia Municipal, sobre a credibilidade dos autarcas, pessoas que deviam, merecer o respeito e o carinho da população, mas que há comportamentos e atitudes que já deviam estar banidas das mentes de alguns autarcas, quase cinquenta anos depois do 25 de abril e não estão, passando a dizer que tendo-se dirigido à sua junta de freguesia para alertar para o estado degradado dos passeios e de alguns candeeiros na sua rua, pensando que estava a cometer uma ato de cidadania, foi recebido pelo Presidente da Junta de forma inapropriada, dizendo-lhe que se dirigisse à Câmara Municipal para reclamar e que *“falava muito e trabalhava pouco”*. Continuou dizendo que quer dizer às pessoas que têm esse tipo de comportamento, que não vai admitir nunca mais, que lhe tirem o direito que tem, de ter opinião sobre as coisas e que intervenham sobre a opinião que possa ter sobre as coisas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, depois de cumprimentar todos os presentes. Sobre a intervenção do senhor **Telmo Conceição**, disse que aquele monumento não é de âmbito concelhio e se foi o senhor que o concebeu está de parabéns e com certeza que a Junta de Freguesia o reconhecerá por isso. Relativamente à relação entre a Junta de Freguesia e o Município de Porto de Mós ela é uma relação institucional, idêntica à que existe com todos as freguesias do concelho. Neste caso não foi diretamente solicitado apoio e portanto o Município de Porto de Mós o que fez, foi fazer um embelezamento na envolvente, pensando que também acrescenta valor a todo aquele espaço. Quanto à questão da recusa, disse não saber onde o senhor foi buscar essa ideia. A Junta de Freguesia convidou o Presidente da Câmara bem como outras pessoas, e o seu gabinete respondeu afirmativamente. Relativamente ao 25 de Abril, de 2024, disse que a seu tempo este assunto será discutido. Sobre as questões levantadas pelo senhor **António Alves**, disse que de facto a escadaria de S. Miguel está em curso e o Morro de Santo António concluído, estando em fase de requalificação a envolvente norte e Fonte do Castelo. Sobre a cadeia, disse que existe um projeto de índole cultural, que prevê acomodar a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Banda Recreativa Portomosense e Escola de Musica. Infelizmente não houve acesso a fundos comunitários para o executar. Sobre o muro da cadeia, disse ser uma sua preocupação, tendo-se deslocado ao local uma equipa de engenheiros do Politécnico de Leira para fazer uma avaliação. O que acontece é que o muro, apesar de ter algumas fissuras, a questão estrutural não está posta em causa. Sobre as outras considerações que fez, disse que não comentaria.-----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a pôr à aprovação do plenário, **a ata nº 1 da sessão ordinária** realizada em 26.02.2021, esclarecendo que em conformidade com o disposto no n.º 3 do Art.º 34.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, os Deputados Municipais, que não tenham estado presentes na sessão a que a respetiva ata diz respeito, não participam na sua aprovação.-----

-----Pediram a palavra os senhores deputados municipais António Manuel dos Santos Carreira (AJSIM), dizendo que na página 808, onde se lê o seu nome como tendo usado da palavra, deve ler-se "Norberto António Ferreira Nascimento Feteiro (AJSIM)" e Maria Goreti Fino Domingues (PSD), referindo quer na página 797, onde se lê "Goreti Coelho", deve ler-se "Goreti Domingues", pedindo que se fizesse a respetiva correção.-----

-----Não havendo mais reparos à mesma, foi a ata colocada a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade.**-----

-----**2. Outros assuntos de interesse para o Concelho:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia passou a usar da palavra dizendo que estavam abertas as inscrições para os deputados que quisessem intervir.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Depois de cumprimentar os presentes disse que trás aqui dois assuntos que já trouxe anteriormente e que têm a ver com saúde pública, dada a enorme quantidade de cães que continuam a circular em Alqueidão da Serra, estando a situação a agravar-se pois já se encontram espaços com muitas pulgas e carraças. Disse não saber o que fazer, pois liga para o Município e o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Veterinário diz que o canil está cheio, e uma das zonas infestadas é perto da escola e não tem resposta para dar às pessoas. Outra situação é também de saúde pública estando-se mais uma vez perante uma situação de cuidados médicos que não existem e de consultas que se fazem por telefone. Continuou dizendo que o que pretende dizer é que “não somos culpados, mas somos cúmplices” e o que se tem tentado fazer isoladamente poucos resultados tem tido, apelando a que todos se juntem para lutar contra este estado de coisas, não valendo a pena andar cada um a puxar para seu lado e se há pessoas que têm algumas facilidades que as coloquem ao serviço de todos, pois já não sabe o que dizer às pessoas que o procuram, perguntando-lhe o que é que fazem, porque o médico não as atende.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todo os presentes, passou a dizer que a pandemia não terminou e que tem visto as pessoas a relaxarem os cuidados que deveriam ter, lançando aqui um repto no sentido da sensibilização das pessoas. Agradeceu ao senhor Presidente da Câmara a cedência do Castelo para a realização de um videoclipe de uma cantora que vem da Alemanha. Disse depois que queria pedir ao senhor Presidente da Câmara que pressionasse o empreiteiro do miradouro para que este avançasse rapidamente. Disse depois que também queria agradecer ao senhor Telmo Conceição, porque ele também apoiou o monumento de Serro Ventoso e com certeza estará disponível para apoiar outros.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder às questões colocadas pelos anteriores intervenientes e respondendo a Filipe Batista, disse que essa também é uma sua preocupação. Referiu que quando chegou à Câmara não existia um canil, tendo-se avançado para a construção de um espaço digno, que já recolheu 52 cães, 32 gatos e já deu para adoção 26 cães, devidamente esterilizados e chipados. Quanto à situação de saúde pública em Alqueidão da Serra disse que os espaços irão ser desinfetados e em relação aos animais terá que ser avaliada a forma de resolver a situação. No que diz respeito à Saúde no concelho, disse que teve uma reunião, na semana passada, com o ACES Pinhal Litoral, e relativamente ao Alqueidão da Serra, “a senhora Diretora do ACES Pinhal Litoral, ligou para o médico de Alqueidão da Serra, e a resposta que a senhora Diretora obteve, é que não era verdade, porque o médico estava a trabalhar e o Centro de Saúde estava a trabalhar muito bem. Essa foi a resposta que nós tivemos naquele momento. Mas de facto, os movimentos que fizerem, porque achamos que há aqui qualquer coisa de anormal na gestão da Saúde no nosso concelho, nos outros não sei como é que se passa, é que, deixar destapado a nível de médico e a nível de enfermeiro, uma unidade que já está deficitária de recursos humanos, de profissionais de saúde, a troco de se dizer que eles têm direito à mobilidade, pessoalmente acho muito pouco, porque estamos a falar da saúde das pessoas. E de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

facto, o que temos em cima da mesa neste momento, é um concurso para recém-licenciados, com uma vaga para Porto de Mós, que a ser preenchida, vai suprir uma das saídas e vamos continuar a ter um deficit para o preenchimento da totalidade do que é necessário para o concelho, mas pior, não há concurso para enfermeiros. Esta é uma situação que se agudizou agora. Nós vamos ter o senhor Secretário de Estado da Saúde em Porto de Mós, vamos reunir com ele, e vamos tentar sensibilizá-lo no sentido de podermos resolver este problema, que se vai resolvendo aqui, mas continuamos de forma sistemática, neste caso, com mais dois ficheiros sem médico de família. Quando estamos a falar destes dois ficheiros, estamos a falar de dois ficheiros que correspondem a mais do que aquilo que é o numero de utentes, porque estamos a falar de pessoas idosas, de pessoas com problemas de saúde e de pessoas que precisam de uma forma mais sistemática dos cuidados de saúde primários, que outra qualquer pessoa. Nós não nos conformamos, vamos tentando pedir para nos resolverem o problema, porque, se calhar para alguns valerá a pena fazer barulho, mas eu acho que não, acho que vale a pena, nós tentarmos sensibilizar as pessoas, porque precisamos efetivamente de resposta ao nível de médicos e enfermeiros, que não temos. As nossas equipas estão completamente esgotadas. Nós estamos a fazer vacinação seis dias por semana, em Porto de Mós, estamos a receber neste momento, auto agendamentos praticamente, de todo o ACES Pinhal Litoral, incluindo Leiria, e também de Nazaré, Alcobaça e Alcanena, o que torna impossível, não só o descanso, como os eventuais agendamentos normais, como se faziam antes, ficando praticamente preenchida a totalidade de cada um dos dias. Fizemos também este apelo ao ACES Pinhal Litoral. Sabemos que este é um processo centralizado, no entanto é profundamente injusto. Há concelhos aqui à volta, precisamente porque tinham as equipas bastante cansadas, passaram a fazer a vacinação dois ou três dias por semana e o auto agendamento fica fechado. Ficando fechado, o único que está aberto é Porto de Mós, continuamos a carregar e essa é também uma situação que nos preocupa. Essas equipas vão precisar de descansar, vão precisar de férias, o pessoal que nós alocámos, do município, ao processo de vacinação, também está rotinado e não o podemos substituir com facilidade. Precisamos é sim, que este pessoal tenha algum descanso, e vamos tentar agilizar as coisas de outra forma. Foi este também, o compromisso que ficou. A par disto, recebemos esta semana um e-mail, este assunto foi abordado nessa mesma reunião, em que nos foi dito que o Alqueidão da Serra estava a funcionar bem, e nessa reunião foi abordado este tema, e agora para permitir descanso dos profissionais e dos respetivos períodos de férias, o ACES comunicou-nos que a consulta aberta aos sábados, domingos e feriados passa a funcionar apenas das 8 às 14 horas a partir de dia 1 de julho, enquanto durar o processo de vacinação Covid." Quanto à questão que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso colocou, disse que efetivamente a pandemia ainda não acabou, e que se tem tentado apelar, pelo menos ao bom senso das pessoas, sobretudo, na organização de eventos, no que se refere ao distanciamento e cumprimento das regras. Sobre a questão do miradouro, disse que esteve com o empreiteiro esta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

semana, e o que lhe foi dito, foi que a obra está a andar.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, pediu à senhora Presidente da Assembleia se seria possível fazer uma sugestão, perguntando se, enquanto Presidente da Junta não poderia estar presente na reunião a que o senhor Presidente da Câmara aludiu, respondendo ela que deveria fazer esse requerimento por escrito, dirigido ao senhor Presidente da Câmara.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia, usando ainda da palavra respondeu a **Filipe Batista**, Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, que enquanto Presidente da Assembleia Municipal, profissional de saúde e pessoa, está completamente solidária com o que disse. Referiu ainda que quando se iniciou este mandato, foi com esta problemática do médico de família, e problema mantem-se. O concelho de Porto de Mós, tem um problema grave no âmbito da saúde, à semelhança do que acontece no resto do País, onde existem oitenta ou noventa mil pessoas sem médico de família. Disse depois, que a senhora enfermeira saiu porque foi convidada para ir para a unidade de saúde familiar porque ia ganhar muito mais dinheiro, assim como o médico que estava a coordenar a unidade de cuidados de saúde. Nós não conseguimos, disse, com reuniões, mudar este estado de coisas, porque o sistema está construído desta forma. É necessário arranjar estratégias, todos juntos e com a população, para combater isto, porque senão vai-se continuar, e daqui a dois ou três anos, estamos exatamente na mesma situação. Disse ainda que, como o senhor Presidente referiu, vem uma médica, por concurso, mas mais cedo ou mais tarde ela é convidada e vai embora. Tem que ser tudo muito bem organizado, para se possa ter um concelho com saúde, à semelhança de outros concelhos – com médicos e com enfermeiros. Parte da solução passaria por o Governo contratar os enfermeiros que estão agora a terminar os seus cursos, e que irremediavelmente irão para fora do País. -----

-----Perante as reivindicações do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, sugeriu que a Assembleia se organizasse de forma a debater-se aqui este problema, numa sessão destinada a esse fim, por se tratar de uma questão de importância fundamental para o concelho.-----

-----**Liliana Carvalho Pereira (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todo os presentes, passou a dizer que os deputados eleitos pelo Partido Socialista e pelo Movimento AJSIM, vêm apresentar uma moção para uma política agrícola comum, justa, equitativa e adequada às reais necessidades da nossa região. Tendo em conta as características dos nossos povoamentos florestais e a parte da distribuição do erário público do PAC anterior, o Partido Socialista e o Movimento AJSIM, propõem a esta Assembleia a aprovação desta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

moção, que pretende uma distribuição equitativa dos fundos do Plano Estratégico da Política Agrícola em que se começa logo por definir que é urgente proteger os nossos produtores agroflorestais e também as questões da agricultura familiar, entregando-a à senhora Presidente da Assembleia para que seja lida e a coloque à apreciação e votação do plenário.-----

-----MOÇÃO-----

-----Uma Política Agrícola Comum, justa, robusta e adequada às necessidades-----

----- reais da sociedade-----

-----A região do Pinhal Litoral foi uma das mais afetadas pelos incêndios de 2017. A sua agroflorestal, é representada essencialmente por espécies como o Pinheiro Bravo e o Eucalipto, árvores que são particularmente vulneráveis às alterações climáticas e aos incêndios rurais. Uma realidade cada vez mais presente tendo em conta as alterações climáticas que estamos a atravessar e que urge mitigar.-----

-----A preparação do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum está neste momento a decorrer. Este plano irá condicionar a aplicação dos apoios públicos para as medidas florestais até 2027.-----

-----A região do Pinhal Litoral recebe 10 vezes menos subsídios da PAC por trabalhador agrícola que a região do Alentejo, uma vez que a atual distribuição de despesa pública é mormente atribuída em função da área e não têm em conta a criação de postos de trabalho ou a manutenção da agricultura florestal familiar. Desta forma, as grandes explorações são beneficiadas, sobretudo a sul do Tejo, agravando o facto de muitas destas terras não serem cultivadas e o seu valor ambiental, não ser quantificado.-----

-----Assim, tendo em conta que, no quadro que encerrou em 2020 as medidas florestais representaram apenas 6% da despesa pública e que 40% das explorações agrícolas e 17% da Superfície Agrícola Útil (SAU) não beneficiaram de qualquer apoio e que a Região Oeste, que inclui a parte sul do distrito de Leiria é a região do país com mais agricultores excluídos da PAC, urge mudar o paradigma da aplicação da PAC face ao passado, garantindo apoios adequados, equitativos e diferenciados aos agricultores, de forma a garantir a distribuição justa e útil dos erários públicos, de forma a servir todos os cidadãos.-----

-----Desta forma, a Assembleia Municipal de Porto de Mós, reunida a 25 de junho de 2021, delibera:-----

-----1. Enviar esta moção à Ministra da Coesão Territorial, à Ministra da Agricultura, ao Ministro do Ambiente e Ação Climática, à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, apelando para que o PEPAC 23-27 cumpra os seguintes objetivos:-----

-----a) Elencar colaboração estreita com as autarquias e produtores, com vista à realização de um Plano de Diagnóstico que identifique as necessidades e as prioridades do território;-----

-----b) Incentivar à transição agroflorestal para um modelo ecológico e sustentável;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- c) Considerar as variáveis socioeconómicas e de emprego do produtor agroflorestal e agricultor agroflorestal familiar na distribuição na repartição da despesa pública da PAC;-----
- d) Garantir que o PEPAC salvasse a agricultura florestal familiar e dos pequenos produtores; -----
- e) Direcionar o PEPAC para ir de encontro ao Programa Nacional de Ordenamento do Território (PNPOT);-----
- f) Assegurar que as medidas agroambientais tomadas se desenvolvam de forma progressiva e quantificada de forma a condicionar e incentivar a melhoria da eficiência destas medidas; -----
- g) Garantir que áreas agrícolas com elevada prestação ambiental sejam valorizadas; ----
- h) Dotar os Ministérios da Agricultura e Mar, do Ambiente e da Ação Climática de recursos humanos e tecnológicos de forma a prestar um apoio técnico e científico aos agricultores, em campos como a prevenção de incêndios florestais, conservação ambiental, biodiversidade, manutenção da qualidade de solos e uma correta utilização dos recursos hídricos; -----
- i) Criar um PEPAC dinâmico e robusto de forma a que possa ser ajustado aos desafios futuros no que concerne à escassez de recursos hídricos, diminuição de biodiversidade e alterações climáticas.-----
- Assim, pede-se também que esta mesma moção seja enviada à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, para que possa haver uma ação concertada no sentido da tomada desta posição, com os restantes municípios do distrito."-----

-----**António Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes, passou a referir-se à moção que acabou de ser lida pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que não sabe se o PSD foi ou não convidado para subscrever esta moção. De qualquer forma, em sua opinião pessoal, acha que falta aí uma proposta e que não faz muito sentido se não se incluir aí a resolução do problema do emparcelamento ou do minifúndio, pois não faz sentido estar a pedir-se dinheiro e subsídios, quando todos sabem qual a situação da propriedade neste concelho. Se esta situação for considerada na moção, então, disse, que a votará favoravelmente, porque senão irá abster-se.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):** -----

-----Usando da palavra começou por referir que esta proposta pode contemplar a defesa da nossa floresta, e por isso acha fundamental aderir a uma situação destas, não tanto pela agricultura em si, atendendo aos terrenos de cultivo existentes, onde existirá alguma dificuldade. No entanto não se pode continuar assim, principalmente no que diz respeito à questão da proteção da floresta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e das pessoas que estão à volta da floresta, pois no seu caso concreto, não tem condições nem financeiras de qualquer espécie, para colocar a sua população em segurança, com o calor que se aproxima. Daí que ache fundamental, uma proposta destas, principalmente na defesa e proteção da floresta e da população, e o envolvimento das pessoas, porque a passagem apenas, desta moção por alguns gabinetes, pouco irá adiantar. No entanto, disse, estarmos no bom caminho agradecendo o facto de a mesma ter surgido.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou também da palavra para tecer alguns comentários sobre a moção apresentada, começando por dizer que a Região de Leiria foi confrontada com uma situação anormal, há cerca de dois anos atrás, que tinha a ver com a necessidade de publicar um Plano Regional de Ordenamento da Floresta, tendo a CIM de Leiria votado contra, porque o PROF tinha algumas questões, que, disse ter algum receio que possam estar consubstanciadas nesta moção. Uma delas é que a Região de Leiria tinha uma proposta de aumento de plantação de eucaliptos em cerca de mil e quinhentos hectares, a mais, do que o que tem. Na altura a resposta que o senhor Secretário de Estado lhe deu sobre essa questão, é que o território nacional, não ia ter aumento de eucalipto, mas que os produtores florestais de eucaliptos, tinham de ir para a zona onde efetivamente o eucalipto era rentável, e a nossa zona, como é sabido, sendo uma zona húmida, é propícia à produção intensiva de eucalipto. Outro problema que salientou, tem a ver com os recursos hídricos, pois como se sabe, o eucalipto é alto consumidor de recursos hídricos, e portanto quando se fala de uma proposta de floresta a pensar nos pequenos produtores e se esquece a floresta resiliente e que serve até de proteção às situações de incêndios que possam ocorrer. Todas as ações são importantes, concordando que se façam, mas esta deve ser uma estratégia que decorre da política nacional, sem prejuízo de aqui se alertar, mas como disse o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, também lhe parece que se trata de uma proposta para andar a "passar" por alguns gabinetes. Concluindo, disse que todas as ações são boas, sendo que, na sua opinião, falta a esta alertar para esta anormalidade, que é, a região de Leiria ter, no âmbito do PROF um aumento significativo da plantação intensiva de eucalipto.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----
-----Usando da palavra, disse que esta proposta vai mesmo nesse sentido da defesa dos pequenos produtores e agricultura familiar, dizendo que a antiga PAC era baseada nos hectares das propriedades e o que se pretende é que seja implementada quanto à riqueza que gera e aos postos de trabalho que cria, terminando por dizer que a proposta apresentada seria para pôr à votação conforme está redigida.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção sobre este assunto, a senhora Presidente da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia pôs a votação a moção supra transcrita, tendo a mesma sido **aprovada por maioria**.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD)**:-----

-----No uso da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, começou por dizer que "sem querer responder, mas respondendo, ao senhor Presidente de Junta do Alqueidão, a Saúde realmente, é um grande problema, mas o problema tem nome, e chama-se Governo Socialista, e enquanto esse Governo não resolver o problema da Saúde, e cumprir a promessa que prometeu, a cada português um médico de família, isto fica por resolver. Continuando, este é um tempo de falar do presente porque é no presente que se constrói o futuro. Hoje estamos perante a prestação de contas e breve estaremos perante a prestação de contas ao eleitorado. Nesta prestação de contas, teremos de ter em atenção, obviamente, as atividades realizadas, mas também é evidente que temos de ter em conta o tempo atípico de pandemia que nos expôs a todos, mas que colocou à prova as capacidades de cada um, e escancarou as fragilidades das várias áreas, mas também demonstrou que os nossos autarcas são essenciais. Por isso, fica aqui o nosso agradecimento a todos os autarcas. Mas também é um facto que em 2017, iniciou-se um novo ciclo. Um ciclo de mudança, esperança e de construção do desenvolvimento do concelho. Poderia aqui ser exaustiva a enunciar as mudanças, mas não o vou fazer. Vou apenas salientar as áreas, que pessoalmente considero estruturantes para uma sociedade mais justa, mais inclusiva, e mais feliz. O executivo liderado por Jorge Vala apostou nas pessoas e no desenvolvimento económico do concelho, e isto, não sou eu que digo. São as pessoas. São os portomosenses. Este executivo social-democrata apostou claramente na proteção dos mais vulneráveis e carenciados, tais como crianças, jovens e idosos. Este executivo faz jus ao seu ADN social-democrata e à ação social que a Câmara precisa e que agora sim, promove. Este executivo demonstra a sensibilidade social que é intrínseca de um partido humanista e personalista. Reconhece o seu maior ativo, as pessoas e o seu bem-estar. Sendo certo que é o tempo em que é mais importante dar apoio às pessoas, neste executivo destacamos o exponencial reforço no apoio à ação social e salientamos com agrado o apoio a estudantes carenciados, através da implementação de bolsas de estudo, pelo que durante doze anos nos batemos junto do executivo, à data, socialista, para serem implementadas, mas sem sucesso. Mas não acabam aqui as mudanças. Por exemplo, a devolução de parte do IRS, o IMI Familiar, o apoio robusto, justo e equitativo, a famílias carenciadas, entre outras políticas sociais. Outro setor que foi uma aposta clara da Câmara Municipal, foi o Turismo e a Cultura e também a Economia. Este executivo que escolheu que apostar nestes setores não é um custo mas sim um investimento. Porto de Mós, hoje é conhecido. Está não só no mapa, como sabe exatamente onde fica e para onde quer ir. Existe também patente, um forte reforço financeiro na proteção civil. Uma política de maior transparência e democraticidade no apoio às dez freguesias, sem diferenças de tratamento, por pertencerem a um ou a outro partido, porque todas fazem parte do concelho, e Porto de Mós, somos todos, todos somos portomosenses. Uma aposta na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coesão social e territorial. Uma aproximação dos eleitores aos eleitos, como é o caso de Orçamento Participativo. Políticas de Juventude e para fixação de jovens. Políticas para os séniores. Poderia enumerar as obras que foram realizadas ou que estão em curso, ou que estão em projeto, mas como constam da informação, não os vou maçar com o seu extenso número. Mas destaco aquelas que não são visíveis, mas se sentem: o abastecimento de água e o saneamento. E no final do dia, e ainda por cima, as contas têm o rigor que é exigido às contas públicas, e este município tem a menor dívida dos últimos vinte anos, e não, não está falida, como alguns arautos anunciaram no início do mandato. Aliás a Câmara tem uma forte solvabilidade financeira como está demonstrado na prestação de contas. Por isso, a mudança provou que é possível ter uma forte política social e ao mesmo tempo, fazer obra e ao mesmo tempo investir na Cultura e no Turismo e na Economia e ter as contas com rigor e com uma grande almofada financeira. Não ver isto e apregoar o contrário, é retórica barata e malabarismo intelectual de quem não quer ver o que é evidente. Citando um ilustre deputado, por acaso do Partido Socialista, "por mais pedras que se atirem a um carvalho, não caem maçãs, e não, não é falta de pontaria, é mesmo cegueira". Senhor Presidente, o PSD e a maioria dos portomosenses, sentem muito orgulho no seu trabalho, e sentem ainda que não defraudou as expectativas que depositaram em si. Foi até além, quando o elegeram Presidente do Município de Porto de Mós e também por isso merece de novo a confiança dos portomosenses. Acha, senhor Presidente, que na sua maioria, conseguiu fazer o que se propôs, em 2017? Obrigada."-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Seguidamente disse que não poderia vir mais a propósito, ter-lhe calhado intervir, a seguir à sua colega não só de profissão, como desta Assembleia e ainda ilustre deputada da Nação, Olga Silvestre. Não poderia vir mais a propósito, porque, gostou, essencialmente na sua intervenção, da repetição dez vezes, da palavra "pessoas". É exaustiva. Não foi exaustiva no descrever daquilo que foi o trabalho da Câmara, nestes quatro anos de mandato, e não foi exaustiva, porque não tem motivos para ser exaustiva. Disse ainda que também achou alguma graça, quando falou em tratamento igualitário das freguesias, e dirigindo-se-lhe, disse que esta deveria falar com os Presidentes de Junta, que não lhes dirão isso, certamente. Nem no tratamento da relação com o executivo, nem nas obras daquilo que foi prometido para cada freguesia. Mas essa é a sua opinião, e em finais de setembro saber-se-á, com calma, o que os portomosenses decidirão. Referindo-se depois à organização da mesa da Assembleia Municipal e do executivo, disse ficar contente por estar o executivo dum lado e a oposição do outro. Quanto ao período de antes da ordem do dia, disse querer dizer o seguinte: gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara, o que é que se passou, referindo que, embora não tivesse tido a oportunidade de ouvir a intervenção do senhor Telmo da Conceição, já percebeu que foi sobre a inauguração do monumento aos combatentes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na freguesia de S. Bento, e gostaria de saber o que é que se passou, na medida em que, chegou junto de todos um mal-estar, não só dos ex-combatentes presentes, como também das entidades oficiais, naquilo que foi o discurso do senhor Presidente da Câmara. Obviamente o senhor Presidente será livre de dizer o que entender, mas numa ocasião daquelas falar sobre obras e águas e etc., não terá sido a coisa mais apropriada. Prosseguiu dizendo que gostaria de fazer uma pequena análise, áquilo que se tem passado nos últimos tempos, havendo uma garantia quase selada com lacre, por este executivo, de que jamais se fariam obras de última hora. O que não faltam por aí, são obras de última hora, disse. Basta qualquer pessoa consultar o Portal das Contas Públicas para perceber que a Câmara está a investir fortemente em *outdoors*, que com certeza será para fazer publicidade de obras que não executou. Depois também é curioso percorrer o Base.Gov, verificando-se muitas adjudicações diretas, algumas empresas em constante movimento, repartindo-se valores para que não haja lugar a concurso público, *“e portanto, pergunto, na linha do que foi a intervenção da minha colega Olga, será isto a transparência? Depois, pergunto também, e consultando o mesmo Portal, a Câmara Municipal, nestes quatro anos, mas essencialmente nestes últimos tempos, tem gasto com serviços de consultadoria, fiscalização, serviços avulso, na ordem das centenas de milhares de euros. Que serviços são estes, o que é que estão a fazer, que mais valia trazem àquilo que é o dia-a-dia do concelho e das pessoas?”* Disse ainda que se andou aqui quatro anos a discutir a Saúde. A responsabilidade não é, efetivamente, na íntegra, da Câmara Municipal, mas perguntou ao senhor Presidente, quais foram as instâncias e as pressões que foram feitas em quatro anos relativamente à Saúde, porque, se foram as mesmas que foram feitas relativamente à ALE de Porto de Mós, fundamental para a o desenvolvimento do concelho, como o senhor Presidente já o referiu e todos concordam com isso, então estamos mal. Continuou dizendo que no cronograma de reuniões que o Presidente teve, reuniu ao longo de todo o mandato, com a APA duas vezes e reuniões com altos dignitários que possam resolver essa situação da ALE de Porto de Mós, mais seis vezes. Se foram também estas as pressões ao nível da Saúde, então as coisas andaram mal. Outra questão que queria abordar foi a intervenção que fez aqui, na reunião de dezembro de 2020, referindo que disse não acreditar naquilo que estava a ser apresentado em termos orçamentais, ficando a saber que a contas deste mês, o investimento relativamente ao ano passado, foi de 1%, dizendo que o Presidente não se esqueça de que apresentou um orçamento record, este ano. *“As taxas de execução vão chegar ao fim do mandato, sabe a quantos senhor Presidente? É melhor ser o senhor a dizer, que eu não quero dizê-lo, que até tenho vergonha.”*-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, usou da palavra dizendo que queria responder ao senhor deputado Mário Cruz, e que acha que em política, não vale tudo. Passou a explicar que devido às normas da Direção Geral de Saúde, os senhores vereadores ficavam atrás da mesa da Assembleia. Ontem, disse, que esteve aqui, a tentar, com as colaboradoras do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Município, organizar o espaço de forma a que todos os membros da Câmara Municipal estivessem visíveis sendo que, atendendo à exiguidade do espaço, esta foi a melhor maneira encontrada.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra, começou por dizer, dirigindo-se a Olga Silvestre, se esta ainda não se apercebeu de que "*tem o dico riscado*", pois que, em todas as assembleias, diz sempre, mais ou menos, a mesma coisa. Dirigindo-se depois ao senhor Presidente da Câmara disse que não sabe o que é que se passa com as outras freguesias, mas que irá falar sobre a freguesia do Juncal. Quanto à luz de iluminação pública, disse que no Juncal as lâmpadas que não estão fundidas, acendem e apagam, intermitentemente. Referiu que se tem dirigido à Junta de Freguesia para mandar *e-mails*, dizendo agora para a Câmara intervir pois para a luz à EDP, e não é tão pouco quanto isso, querendo saber se nas outras freguesias também se passa o mesmo. Continuou dizendo que depois de três anos e meio, houve uma obra no Juncal, que tem a ver com uma conduta de água na rua principal, bem como tubagens para os telefones, luz e afins, achando que, tratando-se de uma das ruas principais do Juncal, há que melhorar as coisas. Apercebeu-se no entanto ontem, que a EDP diz que a Câmara se esqueceu do parecer da EDP, e então há que se anular. Disse ainda, que num caso destes, há que esquecer as eleições, parar a obra e fazer as coisas como deve ser. E não andar a improvisar. Referiu-se mais uma vez ao problema dos incêndios, dizendo que a máquina esteve cerca de uma semana no Juncal, mas que não houve mais limpezas de caminhos, esperando que não aconteçam incêndios na freguesia de Juncal, pois não vê mais ninguém de outras freguesias alertar para essas situações.-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente, disse que queria deixar uma nota introdutória à senhora deputada da Nação, Dr^a Olga Silvestre, que em vez de partidizar o problema da Saúde, poderia canalizar esforços, como a sua bancada tem feito ao longo destes anos, para tentar arranjar solução para esta situação. Mas não, prefere vir para aqui partidizar a situação da Saúde, o que lhe fica muito mal. A poucos meses das eleições, disse, e sendo esta a penúltima Assembleia Municipal, será importante fazer o balanço do que aconteceu neste mandato. A sua bancada fê-lo no primeiro ano, no segundo ano, no terceiro ano, e a justificação é que era muito cedo. A poucos meses das eleições, certamente que já não será cedo para fazermos um balanço desta governação. Afigura-se-nos um trabalho um tanto ou quanto difícil, porque estamos perante um período vazio, um período para esquecer, em que não se consegue ver uma marca, uma linha de rumo, bem definida, distintiva em relação ao passado, como tanto apregoavam - iam diferenciar. Vê-se isso, pela falta de capacidade de execução, notória e mais do que evidente. Nós vimos sim, gastos exorbitantes em festas e eventos em dois anos e meio de mandato, sem pandemia, e neste momento, continuam gastos mal explicados sendo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

hoje mesmo apresentados mais vinte e seis mil euros em *outdoors*, numa lista de largas centenas de milhares de euros em publicidade, brindes, consultadorias, não se sabendo concretamente em que foi gasto, apenas que é a máquina de propaganda que está ao serviço do município onde já foram investidas largas centenas de milhares de euros. Disse ainda que, já perguntou ao senhor Presidente duas ou três vezes, se lhe conseguia dar esse valor, não sabendo se será hoje e tendo ainda mais uma hipótese em setembro para esclarecer essa situação. Neste aspeto, quase tudo o que é apresentado é remetido para os planos estratégicos, parcerias com entidades externas ou algo semelhante. Um grande show off na apresentação à comunicação social e nas redes sociais, de diversos projetos, deduzindo que estamos ainda no plano das intenções, o tempo passou. Falta de medidas concretas, lançamento de obras de fachada à pressa por causa das eleições, mal preparadas, como é o caso desta do Juncal que foi referenciada, que em nada resolvem os problemas mais prementes da população. Falta de capacidade de execução voltando a rondar os níveis de 50% nos primeiros anos, nos primeiros dois anos e meio, sem pandemia, e depois com a própria pandemia, que acaba por ser uma desculpa esfarrapada, pois todos reconhecem que o último ano foi mais difícil, mas não é desculpa para tudo, pois se todos continuarem a trabalhar e a exercer as suas funções, as coisas acontecem. Em Porto de Mós perdeu-se a competitividade, a captação de empresas, a elaboração de projetos estruturantes para ir buscar fundos comunitários. O que fizeram os concelhos que nos ultrapassaram. O grande motor dos concelhos nossos vizinhos, que nos foram ultrapassando à medida que foram passando estes quatro anos. Será que houve alguns desses municípios que deixou de dar máscaras à população ou não teve os mesmos cuidados com a população relativamente à pandemia? Os municípios, na generalidade do país estão de parabéns, porque foram realmente a primeira grande resposta à população. Publicitam projetos nas redes sociais e nos jornais, como se já estivessem concretizados – projetos turísticos, ALE, Casa dos Calados. Continuou dizendo que, também entende que o tempo é curto para tirar tantas fotografias, tantas redes sociais, e que o trabalho de campo, o trabalho a sério, seja uma segunda opção. Disse depois que um campo em que o concelho estava na linha da frente em termos nacionais, às florestas e proteção civil. Referiu-se depois ao trabalho do coordenador da proteção civil, dizendo que está à vista relativamente à limpeza dos matos e das faixas de proteção que ficaram para trás. Com se tratava de uma pessoa nova, houve a expectativa de que daria um novo alento àquele trabalho que era reconhecido a nível nacional e que Porto de Mós desenvolvia no concelho inteiro. Continua-se a apregoar que as pessoas é que contam. Ora este ano foram recebidos mais seiscentos mil euros de transferências do estado, e portanto mau seria que não se aumentassem verbas no âmbito da ação social ou as transferências para as próprias freguesias. Chegaram com os cofres cheios e arriscam-se a partir com os cofres cheios. Ouvia-se em todas as Assembleias Municipais o PSD a dizer que os cofres estavam cheios sugerindo que o dinheiro não era utilizado em prol da população, e dizendo que era utilizado, mas era bem utilizado. Nestes últimos quatro anos, disse ter sérias dúvidas quanto a isso. Referiu-se depois aos eventos promovidos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pelo movimento associativo e/ou religioso, dizendo que se quer fazer parecer que o Município é que organiza tudo e que é o grande mentor, com isso desvalorizando o trabalho das associações, considerando ser importante colocá-las na primeira linha da valorização mediática. Nesse aspeto o PSD tentou de muitas formas destruir e apagar os últimos dois anos da governação do Partido Socialista pegando em projetos existentes e dando-lhes roupagens novas mas sem conteúdo bem definido. Mas esse desiderato não será fácil de ser conseguido, porque as pessoas não esquecem o tipo de trabalho realizado por uns e por outros. Saber ouvir as pessoas, não havendo uma linha persecutória, pois quem governa, deve governar para e com todos. Hoje em dia os comentários nas redes sociais são filtrados, para que não haja comentários negativos ao tipo de funcionamento do Município. Fez ainda menção às duas pessoas que aqui intervieram no período do público, em que uma se sentiu desrespeitada pelo senhor Presidente e outra pelo senhor Presidente da sua Junta de Freguesia o que não abona nada em favor de esta Assembleia Municipal ter uma plateia cheia de público, dentro da limitação de lugares existente. E para isso também poderia ter contribuído a senhora Presidente da Assembleia podendo ter dado acolhimento ao pedido de Carlos Cordeiro quando pediu para que as sessões fossem transmitidas em direto, quando existem no município tantos recursos tecnológicos que o permitiam, sendo esse o seu maior fracasso deste mandato, enquanto Presidente da Assembleia, o não ter trazido gente para estas sessões. Terminando, disse que, por tudo isto era uma pena terem-se perdido praticamente quatro anos do desenvolvimento de Porto de Mós, que estava na linha da frente em muitas áreas, reconhecidas a nível nacional em prol de uma feira de vaidades pessoais. Por fim, definiu a diferença entre inauguração e reabilitação, qualificando-a de informação útil para os próximos meses que se avizinham.-----

-----**Félix Correia dos Reis (PSD):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, começou por dizer, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, referiu-se aos "Desafios tecnológicos da indústria dos recursos minerais e da cerâmica", iniciativa que decorreu esta semana, 22 e 23, e apesar de não ter podido estar presente, já ouviu um feedback que de foi muito interessante, querendo saber mais informações, nomeadamente, perspetivas e benefícios para os empresários em causa. Em segundo lugar, disse que provavelmente esta vai ser a sua última presença nesta Assembleia Municipal, pelo que aproveita o ensejo para se despedir de todos os presentes, tendo sido um gosto representar a bancada do PSD e trabalhar com toda esta Assembleia em todas as vezes que foi "repescado". Disse depois que em setembro vai haver eleições e que em eleições perde-se e ganha-se, fazendo um apelo a todos para que a campanha eleitoral decorra com elevação e respeito pelos adversários. Aos que ganharem, que façam o melhor que podem e sabem para bem da sua freguesia e do seu concelho, e todos ficam a ganhar. Apelou ao respeito por quem os elege, sendo dignos do poder que os eleitores lhes conferirem, para poder unir e desenvolver uma terra que é de todos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra começou por dizer que queria deixar aqui um voto de louvor ao grupo de teatro que fez a representação no CIBA, da Batalha de Aljubarrota, tratando-se de um investimento dos três municípios, Alcobaça, Batalha e Porto de Mós, estando todos de parabéns, mas dizendo querer aqui enaltecer os dois grupos de Porto de Mós que incorporaram aquela atuação. Disse depois que há uma situação que gostaria de ter visto evoluir de forma diferente, que foi sua bandeira durante muito anos referindo que se trata do hotel, mas pode ser, disse, que o senhor Presidente tenha mais alguma informação para lhes dar. Passou depois a ler a seguinte intervenção, nesta Assembleia, que provavelmente será a última, conforme disse, e que a seguir se transcreve:---

-----“ *Exm^a. Senhora Presidente da Assembleia Municipal;*-----

-----*Exm^s Senhores Presidente da Câmara Municipal e respetivos vereadores;*-----

-----*Colegas Deputados Municipais e Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia;*-----

-----*Colaboradores da Câmara Municipal;*-----

-----*Comunicação Social;*-----

-----*Público Presente;*-----

-----*Começo por apresentar um pedido de desculpas e um agradecimento a uma pessoa que, não estando já entre nós, espero que os aceite onde quer que se encontre.-----*

-----*Ao meu tio Joaquim de Sousa Vala devo um pedido de desculpas por, em determinada altura, por discordar das suas opiniões autárquicas me ter manifestado de forma dura contra a opinião por ele proferida e um agradecimento pelo convite que me formulou, há 42 anos, para fazer parte das listas à Assembleia de Freguesia de São Pedro.-----*

-----*Ao aceitar integrar as listas à autarquia, longe de mim estava a ideia de que iria desempenhar funções autárquicas, ininterruptamente, durante 42 anos, na Freguesia de São Pedro e na Assembleia Municipal.-----*

-----*Aqui chegado, e de livre vontade, decidi, não sem antes fazer um balanço resumido destes anos, que é altura de dar lugar aos novos, convicto que irão empenhar-se na defesa do interesse coletivo do concelho e dos municípios.-----*

-----*Referindo-me aos aspetos negativos, que os houve e disso é prova o meu pedido de desculpas anterior, prefiro que sejam esquecidos, mas que tenham servido de ensinamento para que não se repitam.-----*

-----*Porque me revejo mais nos aspetos positivos da vida, há obras e benfeitorias que considero terem sido fundamentais para uma harmonização e desenvolvimento do nosso concelho, a que me orgulho muito de pertencer, e para o bem-estar dos municípios, ao longo destes quarenta e dois anos. Refiro-me:-----*

-----*1. Em termos de infraestruturas básicas e outras, apesar de achar que se poderia ter avançado mais, temos de enaltecer o trabalho de todos os autarcas pela forma como*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conseguiram dotar o concelho destas infraestruturas, lamentando que em termos de saneamento ainda tenhamos de fazer um longo percurso;-----

-----2. Em termos de educação, temos uma população mais letrada e mais habilitada para enfrentar os desafios pessoais e profissionais que venham a surgir, assim as oportunidades surjam localmente e exista capacidade de fixação destes quadros de modo a evitar a desertificação do território;-----

-----3. Em termos culturais têm surgido, por iniciativa das autarquias e por vezes em colaboração com as Associações e Entidades Culturais e Desportivas, iniciativas que são de louvar, apesar de algumas delas nem sempre terem a adesão do público. Queria também referir aqui a aposta na recuperação do património histórico, uma mais-valia que nos valoriza e identifica;-----

-----4. Apesar da falta de médicos que se tem sentido nos últimos anos, com constante protesto das autarquias e das populações junto do Governo Central, também em termos de saúde e de apoio à terceira idade, temos que relevar com agrado o empenhamento autárquico e das IPSS, ao longo de vários anos, na luta pelo bem-estar das pessoas;-----

-----Estes são aspetos fundamentais que, ao nível do concelho e durante estes quarenta e dois anos, tiveram uma evolução muito positiva e que merecem da nossa parte um elogio ao poder autárquico.-----

-----Embora não sendo um feito ao nível do concelho, mas por me ter envolvido pessoalmente e por me ter marcado enquanto autarca de freguesia, queria deixar aqui a minha satisfação por hoje termos unificadas as Freguesias de São Pedro e São João Baptista numa só Freguesia, a Freguesia de Porto de Mós, acabando por ser feita justiça a todos nós que, nos finais da década de oitenta do século passado, tudo fizemos, sem êxito, para unificar aquilo que quase 30 anos depois veio a surgir de forma natural, aproveitando a legislação criada. Também aqui se verifica que houve uma grande evolução ao nível das mentalidades.-----

-----Se em termos coletivos e ao nível do concelho estes quarenta e dois anos, em minha opinião, foram muito positivos, embora ainda haja muito por fazer, também em termos pessoais esta foi uma experiência muito enriquecedora, mas com grande sacrifício em termos familiares.-----

-----Ao longo destes anos foram muitos os ensinamentos que obtive no exercício das funções autárquicas. Todos os dias aprendemos e de todos tiramos ensinamentos, mas não me levem a mal que releve aqui uma pessoa que, em termos do exercício da função autárquica, foi para mim um exemplo, refiro-me ao Dr. Licínio Moreira da Silva.-----

-----Foi através das funções autárquicas, aliadas aos valores humanos que me foram inculcados e dos conhecimentos pessoais e profissionais que fui adquirindo, que me tornei uma pessoa mais sensível às necessidades do ser humano, procurando avaliar de forma consciente a razoabilidade e prioridade das mesmas. Sempre vi, e continuo a ver, o exercício de funções políticas como uma forma de serviço em prol da causa pública e os partidos políticos apenas como um meio para aí chegar.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Finalmente, queria deixar a todos aqueles com quem me cruzei no exercício das funções autárquicas e também a todos vós, aqui presentes, um pedido de desculpas por algo de menos positivo que tenha dito ou feito e um agradecimento pela forma como sempre me respeitaram e souberam respeitar as minhas opiniões. Em todos eu reconheço uma amizade e a todos eu quero demonstrar a minha disponibilidade para partilhar conhecimentos e experiências.-----

-----Aos que se seguem um desejo, que procurem desempenhar a função autárquica da melhor forma e da forma mais proveitosa para todos os munícipes.-----

-----Não tenham problema em fazer melhor que os vossos antecessores.-----

-----Um bem-haja e um forte abraço a todos."-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a António Pires o seu testemunho e todo o trabalho que desenvolveu em prol do concelho de Porto de Mós.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, começou por dizer que, depois de duas horas de período de antes da ordem do dia, para não variar, o que se tem aqui ouvido é que está tudo mal, que está tudo mal feito, e que Porto de Mós até parece um caos. E isto é absolutamente deprimente. Compreende, disse, que se está em vésperas de campanha eleitoral, e que o papel da oposição não é elogiar o trabalho do executivo, mas há limites para tudo. Disse ainda que já esteve desse lado, que já fez oposição durante doze anos, e por isso sabe do que fala. E chegava a ter o cuidado, para fazer uma crítica aos executivos anteriores, de fazer dois elogios primeiro, porque se não o fizesse, e fizessem apenas e só a crítica, levavam uma "malha" a seguir. Prosseguiu dizendo que não há executivo nenhum que faça tudo bem, pedindo à oposição que façam um "esforçosinho" para ver algumas coisas que vão acontecendo, que são positivas, e de vez em quando, tenham a coragem de elogiar essas coisas. Ainda recentemente aconteceu uma, que era de elogiar, sendo uma pena que não tenham aproveitado os longos minutos em que estiveram a falar para elogiar a aquisição de desfibriladores para equipar os equipamentos desportivos do concelho, uma medida que é absolutamente determinante, entre a vida e a morte. Ainda recentemente houve um exemplo disso num jogo do campeonato da Europa. Portanto, disse, para além de ser uma medida válida de prevenção de saúde pública, e que pode salvar vidas, resolveu um problema às coletividades desportivas deste concelho, porque estavam na eminência, de terem de adquirir elas esses desfibriladores, se quisessem ser bem-sucedidas no processo de certificação da Federação Portuguesa de Futebol. Disse depois que depois de quatro anos, a oposição não consegue encontrar uma coisa positiva que este executivo tenha feito, achado isso um exagero. Referiu-se depois à disposição do palco, dizendo que acha que está bonito, querendo dar os parabéns a quem o decorou, perguntando à oposição se a disposição das mesas não lhes parece adequada. Chegar ao ponto de acusar a Presidente da Assembleia de que não fez nada

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

durante quatro anos para trazer mais pessoas para a política é o cúmulo. Terminou dizendo que, não vale a pena, por se estar a dois meses das eleições, ter-se a postura que a oposição está a ter.--

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, começou por dizer que, "Estamos prestes a terminar este mandato que teve o seu início em outubro de 2017. Assim, compete-nos fazer um ligeiro balanço, acerca da atividade deste executivo. Foi assumido, com todos os portomosenses, em 2017, um projeto político com vários compromissos que este executivo encarou, com grande sentido de responsabilidade a partir do início do seu mandato, e hoje, praticamente quatro anos depois, orgulha-se de ter cumprido. Todos os portomosenses estão orgulhosos deste executivo. Porque cumpriu. Porque transformou o concelho para melhor. Porque projetou Porto de Mós como nunca antes. Porque fez as apostas certas para as pessoas das dez freguesias que integram o concelho. Porque uniu, e tornou o concelho mais coeso. Porque apresentou um projeto válido e abrangente a todo o concelho. A equipa que lidera este executivo, sempre teve a mesma preocupação – trabalhar e cuidar das pessoas, oferecendo mais e melhor qualidade e projetar e tornar o concelho mais atrativo, mais apaixonante, aumentando a sua visibilidade. Por isso, o lema, colocar Porto de Mós no mapa. Este executivo, teve como primeira preocupação, definir um plano de trabalho e ação com todas as freguesias, só assim seria possível, porque são estes os parceiros ideais. Conseguiu manter uma estreita cooperação com as dez freguesias, partilhando ideias e projetos, descentralizando e dar-lhe as ferramentas necessárias para uma boa governação, designadamente, os meios financeiros para o desenvolvimento das suas freguesias. Isto foi um dos grandes objetivos deste executivo. Nunca no passado, isto foi possível com outros executivos. O ideal era dividir para reinar, afirmo-o com conhecimento de causa, proporcionando por vezes um clima difícil, que perdurava no tempo, mesmo sabendo que estavam a prejudicar os munícipes. Apesar das grandes adversidades deste mandato com a pandemia que ainda nos atormenta, este executivo, teve e tem a capacidade de lidar com esta contrariedade, desenvolvendo todo o trabalho necessário para responder positivamente às necessidades das pessoas e das empresas, cumprindo com todas as regras que lhe foram impostas, sendo até reconhecido por diversas entidades pela boa prestação e pelo trabalho desenvolvido, recebendo também o carinho dos munícipes pela atenção que sempre lhes votou e apoio neste momento difícil. Esta é mais uma prova de que este executivo está preparadíssimo para lidar com adversidades, caso elas surjam. O projeto que apresentou para o concelho há quatro anos, foi um projeto ambicioso, um projeto que não se esgota neste mandato, mas que carece de continuidade. Este executivo, tem visão e paixão para transformar Porto de Mós. Se formos corretos e coerentes, verificamos um vasto conjunto de projetos e ações por todo o concelho, que este executivo tem colocado em prática, uns já concluídos, outros em curso, e outros a iniciar, abrangentes a todas as freguesias, independentes dos valores do investimento, por vezes bastante reduzido, que nos leva a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questionar, porquê só agora. Alguns destes investimentos reclamados há mais de vinte anos e nunca ninguém ligou, porquê? Fácil é fazer obras e difícil é mantê-las. Este executivo, tem tido a grande preocupação de cuidar do património existente, algum ao abandono, como recuperação de edifícios públicos, recuperação de património histórico, recuperação de reservatórios de água diminuindo em muito, as perdas, substituição de condutas de fibrocimento, melhorar edifícios de saúde, melhorar edifícios escolares, requalificar o Centro de Desportos de Alvados, ao abandono. E muito mais. Desde o primeiro dia, que abracei a ideia de colocar o nosso concelho com maior projeção nacional e internacional. Uma forte aposta no turismo e na cultura valorizando o nosso património histórico e cultural, potenciando todos os valores do nosso concelho – paisagens, natureza, cultura, historia, centralidade geográfica, empresas com potencial económico, com as suas áreas empresariais, etc. Proporcionou mais vantagens para vivermos no concelho e para as empresas. Atribuiu benefícios fiscais, como a devolução de parte do IRS, baixa taxa de IMI e criação de IMI Familiar. Apoio à natalidade com a atribuição de subsídios. Isenção e redução na taxa da derrama para as empresas. Algumas das grandes obras deste mandato, as que implicam maior investimento, ainda se encontram a decorrer, e outras prestes a iniciar, dependendo de formalidades legais. Temos a Central, quase a terminar, que vem do executivo anterior, decorrendo na sua totalidade sob o domínio deste executivo e com fortes problemas associados. A área empresarial, prestes a iniciar, dependendo de formalidades legais, o saneamento da Cumeira e Cruz da Léguas, dependendo de formalidades legais, a Casa dos Calados no Juncal, finalmente uma realidade. A água de S. Bento, em fase final de conclusão, um dos grandes objetivos deste executivo. Muito foi o trabalho realizado, nestes quatro anos de mandato por este executivo. Olhou de forma atenta para todas as freguesias em estreita parceria e colaboração com os executivos das mesmas. Zelou, cuidou e escutou as tarefas que estes consideraram mais relevantes. Apoiou todas as associações do concelho, mesmo em pandemia e sem atividade, sempre muito atento ao apoio social no concelho, tanto de instituições, como de pessoas individualmente, garantindo o ótimo funcionamento do ensino, com dificuldades agravadas pela pandemia, cumprindo com todas as normas de segurança e o bom funcionamento de todos os serviços administrativos. Foi rigoroso na excelente gestão dos recursos à sua disposição, optando pelos melhores investimentos, apresentando, sempre, com muita clarividência, todos os documentos de gestão, a esta Assembleia. Que fique então claro que este executivo revela grande capacidade, conhecimento e muita visão para defesa deste concelho. Merece a confiança de todos os portomosenses para dar continuidade ao seu projeto.”-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra para responder aos anteriores intervenientes, agradecendo as palavras de Olga Silvestre e dizendo que a intervenção de Gabriel Vala quase que respondeu a parte significativa daquilo que é a sua pergunta. Sobre a questão colocada por Mário Cruz, disse que não se passou nada em S. Bento. O Presidente da Câmara foi

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

convidado, esteve presente, e quando foi convidado a usar da palavra, fez a intervenção que achava que devia fazer. O senhor Presidente dos Antigos Combatentes, no final felicitou a sua intervenção. Quanto à análise que fez, disse que vir aqui com alguma demagogia, dizer algumas coisas avulso, como por exemplo a colocação de *outdoors* de obras que não estão a ser feitas, pedindo-lhe que lhe diga quais são, pois os anúncios que existem, dizem respeito a obras que, ou estão a decorrer ou já estão lançadas e começarão a muito curto prazo. No que diz respeito a valores, disse que não sabe do que está a falar, mas estando no portal, com certeza foram cumpridas as regras. Sobre a questão da consultadoria e dos estudos, de centenas de milhares de euros, então é que não consegue perceber, disse. Mas se está a falar de um estudo sobre a igualdade de género, é participado a 100%, se está a falar do plano estratégico para a habitação do concelho, é participado a 85%, e é fundamental porque até aqui, planos estratégicos e definição de estratégias para a área social, para a área da habitação e para outras, que saiba, não havia nenhuns. Esses planos foram lançados porque acha que são fundamentais não podendo a Câmara andar a ser gerida à vista, aliás, hoje, para poder ter acesso a fundos comunitários na área da habitação, o plano estratégico é fundamental. Sobre a questão da Saúde no concelho, queria dizer-lhe que, cada vez que vamos tentar resolver os problemas da Saúde no concelho, estamos a usar a Saúde para fazer política. E habitualmente, nem nos manifestamos. O que fazemos é transmitir aos senhores Presidentes de Junta, na reunião mensal que é feita, que antes, nunca houve, o que tem vindo a ser feito, discutindo de forma transparente, aberta e saudável. Sobre esta questão da Saúde, queria ainda dizer o seguinte: no pior dia de Porto de Mós, dia 8 de janeiro, não foi ele que foi tirar fotografias com o senhor Secretário de Estado da Saúde a Lisboa, e também não foi ele, e porque já foi aqui dito que o município apaga comentários, que apagou um comentário de uma pessoa que não gostou do que viu. Prosseguiu dizendo que aquilo que este executivo faz, é tentar resolver os problemas. Se lhe perguntarem se consegue, nem sempre, infelizmente. E também já reconheceu, quando, em determinada circunstância, houve um Presidente de Junta que lhe disse, que tinha o problema da Saúde resolvido, e nesta Assembleia reconheceu que tinha havido uma intervenção do PS. Porque foi assim que lhe disseram. Acha que este tipo de comportamento, que é tentar fazer emergir algo mais daquilo que é o interesse do concelho, não faz sentido nenhum. Referiu que já disse aqui mais do que uma vez, que neste propósito da Saúde, têm de estar juntos, unidos, e não estiveram. E não estiveram, em primeiro lugar, porque não há médicos e enfermeiros para todos, em segundo lugar, nestes quatro anos, aquilo de que se apercebeu, é que um puxa de um lado, outro puxa do outro, e os interesses, na maioria das circunstâncias, colocam-se acima daquilo que é o interesse das pessoas. Disse ainda que fala, porque no mês de janeiro, saiu uma senhora médica em mobilidade para Pombal, e ninguém soube, o executivo soube por uma assistente operacional da Câmara Municipal, não lhes tendo sido comunicado. Claro que não ficou calado, disse, mas não foi para as redes sociais manifestar isso. Claro que ficou aborrecido, porque isso não se faz. Na semana passada, teve uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reunião com o ACES Pinhal Litoral, dizendo efetivamente, aquilo que a dizer. Disse ter ficado desagrado, tenho manifestado isso, porque não é possível, haver um Presidente de Junta de Freguesia a queixar-se, e após um telefonema, a senhora Diretora vir dizer ao Presidente da Câmara e à senhora Vereadora, que afinal não havia problema nenhum, porque a extensão de Saúde de Alqueidão da Serra até estava a funcionar, tendo-lhes passado ali um atestado pouco agradável, a ele, à senhora Vereadora e ao senhor Presidente de Junta. Efetivamente, disse que, vieram de lá com a convicção de que tinham de tomar um outro tipo de medidas, e por isso é que convidaram o senhor Secretário de Estado a vir cá, para poderem reunir. O senhor Secretário de Estado disponibilizou-se a vir cá fazer uma reunião com o executivo, vindo também fazer outras coisas, nomeadamente inaugurar a Sala de Dentista do Centro de Saúde de Porto de Mós e também a requalificação da Extensão de Saúde de Mira de Aire, que estava prometida há mais de dez anos e que estava num estado deplorável. Sobre esta questão disse que a Saúde é uma preocupação e vai ter que se manter a ser uma preocupação para toda a gente, e não se pode ignorar, não se podendo andar com politiquice, por causa da saúde, porque quem perde, são efetivamente os municípios. Relativamente à ALE de Porto de Mós, disse que não sabe onde foi buscar o mapa que aí está, mas seguramente, foi o mapa que foi fornecido pelo Município, as reuniões que aconteceram foram aquelas que foram as necessárias, dizendo que quer lembrar ao senhor deputado Mário Cruz que houve pandemia e que os serviços fecharam, não havendo reuniões e contra isso não podia dizer que ia para uma reunião sem ter pessoas para o atender, nem sequer para fazer reuniões *on-line*, porque elas, habitualmente, deveriam ter disponibilidade do outro lado. Recordando, e já disse isso aqui mais do que uma vez, quando este executivo chegou, tinha uma pergunta por escrito, do anterior executivo, feita à APA, a perguntar se podiam dispensar a avaliação de impacto ambiental. A resposta foi não, tinha que se fazer. A seguir, foi feita uma candidatura, e na altura era assim que se fazia, com base numa estimativa, que foi recusada e não foi admitida, porque não tinha avaliação de impacto ambiental. Depois houve um pedido excecional do município para considerar que o município iria fazer a avaliação de impacto ambiental e admitirem a candidatura. Aquilo que foi feito, foi propaganda sobre a aprovação da candidatura à ALE de Porto de Mós, escondendo que efetivamente era preciso uma avaliação de impacto ambiental. Nessa altura, em 2017, iniciou-se um procedimento de plano de pormenor. Foram feitas duas reuniões e pegando na questão do plano de pormenor, este foi terminado. Desencadeou-se em simultâneo o processo de avaliação de impacto ambiental e o projeto da 1ª fase porque quando o plano de pormenor foi fechado, percebeu-se que a 1ª fase não era implicada nas questões que a APA levantava, que era nomeadamente, a zona de leito cheio da ribeira das Pedreiras. Depois deste facto ultrapassado, deu-se seguimento ao projeto, tendo desencadeado a avaliação de impacto ambiental, que por causa do leito cheio da Ribeira das Pedreiras, teve uma desconformidade. A questão da desconformidade, veio trazer aqui, numa das reuniões que teve com a CCDR, não apenas com técnicos, mas também com responsáveis, a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

incredulidade de, num processo destes, o plano de pormenor não tenha corrido em simultâneo com a avaliação de impacto ambiental. Podia acontecer. As entidades são as mesmas. As conformidades ou desconformidades aconteciam em simultâneo, podendo ganhar-se imenso tempo. Neste momento, a situação que temos, é uma situação de conformidade, estando a avaliação de impacto ambiental em consulta pública, calculando que, se tudo correr como espera, dia 20 de julho este processo ficará encerrado, ficando a aguardar, uns dias depois, a declaração de impacto ambiental. O projeto já está aprovado, e depois disso foi lançado um concurso público, com prévia qualificação, donde resultaram seis candidaturas, tendo ganho um consórcio, que foi o que apresentou melhores preços, e que é liderado pelas Construções Pragosa. Neste momento, o processo está para ser contratado e depois remetido a Tribunal de Contas e nessa altura, já teremos a declaração de impacto ambiental para juntar a este processo e finalmente, poder avançar-se com a obra. Neste momento, o município tem interessados para a totalidade dos lotes que vão se concluídos nesta primeira fase. Sobre a questão que o senhor Joaquim Santiago colocou, disse que tem o mesmo problema, que é, quando uma luz está apagada, tem de dar conhecimento à EDP para ver se resolvem. Porque se a Câmara mandar, nunca mais olham para aquilo. E esse é o feedback que os senhores Presidentes de Junta lhe transmitem. É mais fácil responderem a um privado, do que responderem ao Município ou à Junta de Freguesia. As reclamações que a Câmara faz são imensas. Há projetos de ampliação da rede de iluminação pública pagos há meses, para não dizer anos, e que ainda não estão satisfeitos. Sobre a limpeza dos caminhos, disse que foram limpos 15 Km, e requalificados, também, e a informação que teve do Comandante dos Bombeiros do Juncal, é que finalmente os caminhos estavam transitáveis e eram uma resposta importante para a necessidade que havia, mas também já esperava que o Joaquim Santiago não estivesse satisfeito, como é normal. Continuou ainda dizendo que, este disse aqui uma coisa que só pode ser informação que lhe chega no café. Disse depois que foi com a EDP ao local, na Rua da Fonte, inicialmente, com o objetivo de fazer uma obra um pouco diferente, porque desde o início, que a EDP disse que não era possível, naquela rua, enterrar a iluminação para os privados, a não ser que a Câmara conseguisse convencer os privados a fazer o investimento. Esse tema morreu aí. Entendeu-se que não era possível, e isso até estava em orçamento. Houve várias reuniões com ele próprio e com o vereador Marco Lopes, tanto no terreno como na Câmara Municipal por causa dessa situação, e temos um projeto. A Félix dos Reis, disse que efetivamente foi assinado há pouco tempo um protocolo com o cluster de recursos minerais, e com o Instituto Superior Técnico, para instalar em Porto de Mós um polo tecnológico em recursos minerais. Depois de se ter avançado com este protocolo e de já se terem dado alguns passos no sentido de o instalar, com investimentos de parceria com o cluster, com a Assimagra e com o Município de Porto de Mós, foi seu entendimento que os recursos minerais e os interesses económicos que o setor da cerâmica têm no concelho, que o Município de Porto de Mós se deviam também aproximar do Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro, e foi o que fizeram.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deste protocolo, decorre inicialmente uma parceria com a equipa que promoveu esta conferência que se passou em dois dias, sendo que o primeiro foi dedicado aos mais jovens, às escolas primárias, para estarem em contacto com tecnologia de ponta e com a robótica. Este trabalho do Pense Indústria, em conjunto com o CTCV é fundamental para a sensibilização dos alunos. No dia seguinte, teve lugar uma convenção com um conjunto de oradores e temáticas muito técnicas, com o envolvimento da área da pedra e da cerâmica, tendo, no final, sido assinado então esse protocolo que visa a parceria na área da inovação, na área da investigação. Um dos pontos desse protocolo, é que o Município vai ceder o espaço, nas chamadas oficinas da Câmara, para poder receber os produtos, as peças dos produtores de cerâmica, aqui da região, dos concelhos em volta, em vez de irem para Coimbra, onde o CTCV as vai recolher. Foi unânime a importância deste protocolo e sobretudo a disponibilidade do Município para o fazer, e para servir aqui de apoio e facilitador dos empresários. Disse depois que não é advogado de defesa da senhora deputada Olga Silvestre, mas a verdade é que cada vez que o Secretário de Estado da Saúde vai ao Parlamento, ouve-a, porque ela questiona sobre o problema de saúde do concelho de Porto de Mós e doutros concelhos do distrito de Leiria. Prosseguiu depois dizendo que algumas obras que o executivo está a fazer, estão a fazer diferença a algumas pessoas. Disse depois que a Câmara conseguiu poupar por ano, em média, em relação ao ano de 2017, em fornecimentos e serviços, quatrocentos a quinhentos mil euros. Depois dizem que "estoiramos" o dinheiro todo em festas. Aliás, o senhor David Salgueiro, nas duas primeiras Assembleias Municipais, trouxe aqui esta grande referência, de que Porto de Mós ia voltar ao tempo antigo e ia falir. A Câmara de Porto de Mós não faliu, nem nunca esteve falida. Porto de Mós hoje, tem obra, e pode provar que tem. Mesmo assim, em termos de investimento, houve mais em 2020, mesmo com a pandemia, do que houve com o anterior executivo em 2013, 2014. Há equilíbrio em 2015 e em 2016, em plena utilização de fundos comunitários. *Pior seria, disse, nós apanharmos o fim do quadro comunitário, estávamos preparados para ir ao "overbooking", mas os valores do "overbooking" foram transferidos para a pandemia. Não temos fundos para utilizar. Os fundos que temos, são aqueles que decorrem da nossa boa execução. Veja que recebemos quase setecentos mil euros da Central. Continuou dizendo que " a Central, quando a recebemos estava em grande desenvolvimento. Veja lá que o anterior executivo até adiou, e disse: o próximo executivo que resolva. Numa das reuniões de Câmara. Estava parada há um ano."* Depois disse que também gostava de saber quais os concelhos que ultrapassaram o de Porto de Mós, assim tanto. Referindo-se depois à proteção civil, disse que foi este executivo que trouxe para Porto de Mós o helicóptero. Foram reforçados os meios em Alcaria, tendo sido feito um investimento significativo. A base já estava feita pelos anteriores executivos, aliás, foi começada pelo Dr. José Ferreira, que tinha vice-Presidente, por acaso. O helicóptero é uma enorme mais-valia para o nosso território. Desenvolveu-se o projeto da videovigilância em conjunto com os restantes municípios da CIM, um projeto único tendo trazido mais uma torre para Porto de Mós, que vai ser instalada em Alvados, dentro de poucos dias. E portanto, este projeto, por acaso,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas só por acaso, foi liderado pelo Presidente da Câmara de Porto de Mós. Sobre a questão dos projetos, disse o seguinte: *"nós quando chegámos, tínhamos a Central Termoelétrica parada, a Biblioteca chovia lá dentro, o Castelo, estava como estava, a fonte do Castelo não se via com silvas, o morro de Santo António era uma vergonha, o Parque Verde, as pessoas não podiam lá caminhar, com pó no verão e lama no inverno. A ecopista, tinha problemas estruturais graves, as oficinas da Câmara tinham meia dúzia de baldes e bacias para aparar a água, com uma cobertura em fibrocimento. Em doze anos nunca foi possível substituí-la. A Casa dos Calados estava em ruínas, como sabe. O Posto de Turismo, vai agora avançar a obra, estava abandonado. As escadas de S. Miguel estavam como estavam. A antiga cantina estava abandonada. O Parque de Campismo do Arrimal, não se podia lá entrar. O Centro de Desportos, que já foi aqui falado, estava como estava. E mais, o Instituto Educativo do Juncal estava para fechar. E se o senhor perguntar, àqueles que lideram hoje o Instituto Educativo do Juncal, que devia perguntar, se fosse politicamente correto, eles que lhe digam, quem é que intercedeu e de que maneira, para que o Instituto Educativo do Juncal tivesse futuro. E tem, felizmente."* Sobre as iniciativas, disse que, nunca no concelho de Porto de Mós, se desenvolveu tanto o movimento associativo. O movimento associativo, esteve desde o princípio em todas as nossas iniciativas. Em relação à questão de S. Bento, disse que o senhor Presidente da Junta se não quiser falar aqui para todos, no final, deve-lhe perguntar, afinal o que é que aconteceu, porque não consegue perceber. Sobre a questão da relação direta com a população disse que, fomos nós, e até fomos afrontados por isso, fomos mal interpretados, que levámos a todas as freguesias do concelho, as reuniões de Câmara descentralizadas, de forma transparente, objetiva, aberta. Só foram descontinuadas por causa da pandemia. Também a senhora Presidente da Assembleia Municipal, desde o início que se comprometeu em fazer o mesmo, e fê-lo. Terminando a sua resposta relativamente a **David Salgueiro**, disse que *"esta questão da política pela política, só, do dizer mal por dizer mal, do não encontrar nada de positivo naquilo que nós fizemos, eu acho que até descredibiliza a vossa atuação enquanto oposição. Mas isso são contas do vosso rosário, não são do meu rosário, e portanto, eu fico-me por aqui."* Sobre a questão colocada por **António Pires**, disse que de facto este projeto de Aljubarrota 1385, em conjunto com os três concelhos onde está envolvida a batalha, é um projeto pioneiro, único, que foi a primeira vez que se conseguimos sentar, juntos, para exaltar Aljubarrota, com aqueles que têm verdadeiramente a ver com a batalha. Os três concelhos sentaram-se à mesa e foi decidido avançar com um projeto cultural, vasto, importante, e que não encerrou com esta peça de teatro. Disse ainda que vão continuar a trabalhar em conjunto noutros projetos, porque o seu grande objetivo é assinalar o 14 de agosto, com eventos que podem não ser únicos, mas eventos comuns, partilhados, em que os três municípios em conjunto, vão de facto exaltar a Batalha de Aljubarrota. Sobre a questão do hotel, disse que conhece esta história desde o início, pois fazia parte da Assembleia Municipal, quando o senhor, então vice-Presidente da Câmara, veio anunciar o hotel e até projetou um vídeo sobre aquilo que o hotel viria a ser em 2004.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Daí para cá, e depois de todas as peripécias que aconteceram, a postura do Presidente da Câmara e também do executivo, tem sido de alguma cautela. Neste momento o hotel tem a licença em condições de ser levantada, estando a mesma condicionada à demolição de pelo menos de parte do imóvel, construindo-se um hotel com cerca de 85 quartos, sendo um hotel pioneiro, tendo uma torre de escalada *in door*, própria para competição e vai ser um hotel muito virado para turismo de natureza. O promotor tem o projeto aprovado no Fundo de Turismo, de 10,4 milhões de euros, e além de aprovado, tem fundos comunitários associados e tem dois anos para ser construído, pelo que tem de começar a ser construído entretanto, sob pena de perder esses incentivos. Porto de Mós precisa deste projeto concretizado que vai acelerar muito, tudo aquilo que tem sido o pensamento e a estratégia deste executivo, sobre o projeto de turismo de natureza, esperando que o mesmo aconteça. Sobre a questão da saída do deputado **António Pires**, disse que lhe queria agradecer pela lealdade, principalmente ao concelho de Porto de Mós. Disse que achar ser importante enaltecer e relevar aqueles que estão aqui por bem, e independentemente do pensamento político que têm, ou da força política que os elegeram ou que os apoiam, aqueles que estão aqui verdadeiramente com o espírito e com o sentido de ajuda, para trazer o melhor para o concelho de Porto de Mós. As palavras que o António Pires hoje proferiu, dizendo bem, do espírito de missão, com que cumpriu estes 42 anos de vida pública e da humildade com que o fez. E portanto, enquanto Presidente da Câmara é que quer agradecer tendo pena que António Pires saia e a melhor coisa que?????. No que se refere às restantes intervenções, disse não querer alongar-se muito mais, mas queria aqui fazer referência ao que **Júlio Vieira** disse. Quanto ao apoio ao movimento associativo, referiu então que, se um desfibrilhador custa setecentos ou oitocentos euros, a formação de uma pessoa de cada pessoa, custa perto de mil euros, e foram formadas pessoas para poderem utilizar esses equipamentos. Este investimento, que é um investimento significativo, era necessário ser feito. Em primeiro lugar porque a Câmara comprou os desfibrilhadores havendo aqui algum ganho de escala. Em segundo lugar, porque dar dois ou três mil euros a cada associação e não pondo em causa nada nem ninguém, até porque este é um processo obrigatório, desta forma ficou-se com a certeza de que a formação foi feita, os desfibrilhadores foram entregues e estão disponíveis para serem usados. E portanto, disse que acha que foi um investimento importante, muito significativo, e vale a pena olhar para ele nessa perspectiva, mas sobretudo, vale a pena olhar para outros investimentos que vão ao encontro das expectativas desse movimento associativo.-----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:**-----

-----Usando da palavra, a senhora Presidente da Assembleia disse que apenas queria fazer

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alguns agradecimentos muito rápidos, nomeadamente à equipa de enfermagem da campanha de vacinação, pelo seu empenho e profissionalismo mas também a todos os outros intervenientes naquele processo, tais como os bombeiros, os colaboradores do município e à senhora Vereadora com o Pelouro da Saúde, que tem feito todo o acompanhamento. Agradeceu também às colaboradoras do município, da área da Cultura, o esforço que fizeram na composição deste palco, alusivo ao S. Pedro. Deu também os parabéns ao senhor Presidente da Junta de S. Bento, pelo monumento erigido em homenagem aos combatentes, onde esteve presente em representação desta Assembleia. Disse depois que esteve ainda no Arrimal, também em representação da Assembleia Municipal, para a assinatura do protocolo da Igreja antiga do Arrimal com o Município.-----

-----2. Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2020:-----

-----Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que passou a apresentar o ponto acima enunciado mostrando-se disponível para esclarecer as dúvidas dos senhores deputados. Continuou dizendo que, no que diz respeito à receita corrente, houve menos duzentos e noventa mil euros, e esse foi o valor efetivo que tivemos a menos, sobretudo porque não vendemos lotes e porque também foi o ano em que houve uma redução efetiva no preço da água, que teve um impacto na receita, com esse significado. A receita de capital teve mais duzentos e sessenta mil euros. A despesa corrente, resumindo, teve menos cerca de vinte e nove mil euros do que em 2019 e a despesa de capital mais setenta e oito mil euros do que em 2019. Disse ainda que em 2020 houve um ligeiro aumento na aquisição de bens e também nas transferências para as associações tendo feito um reforço de cento e cinquenta mil euros, num apoio extraordinário às associações. Mesmo com os problemas COVID, ainda assim, disse que houve uma execução ligeiramente maior do que no ano anterior. Por exemplo, em bens e serviços, houve uma despesa de seis milhões trezentos e setenta e quatro em 2017 tinha sido de seis milhões seiscentos e setenta e oito, em 2018 seis quatrocentos e cinquenta e em 2019, seis duzentos e cinquenta e cinco, havendo aqui diferenças brutais, que correspondem a uma correta e cuidada gestão nas aquisições de serviços e fornecimentos externos. Prosseguiu dizendo que apresentam a menor dívida dos últimos vinte anos, estando o município preparado para poder recorrer à banca, com um empréstimo aprovado, como se sabe. Estão a negociar com a Infraestruturas de Portugal, estando prevista na próxima semana uma reunião em Almada na tentativa de se resolver definitivamente o projeto do saneamento da Cumeira. A autonomia financeira, habitualmente rondava os 70%, 75%, em 2020 atingiu 95,6%, com um limite de endividamento de cerca de 23,4 milhões de euros. Tivemos um aumento de mais de trezentos mil euros na ação social, cerca de 400%, e um aumento na cultura que também é natural, por via da boa execução da obra da Central Termoelétrica. Um aumento, também, com significado nas transferências para as associações e para as freguesias. Disse ainda que este é o ano em que há uma alteração do modelo contabilístico, deixando de ter o POCAL e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

passando a ter o SNCAP, passando a ter a contabilização diferente para vários níveis, que têm implicação sobretudo nos resultados, que não quer deixar de os referir até porque eles são bastante inferiores ao resultados do ano anterior e têm exclusivamente a ver com esta questão da alteração. Se os resultados fossem apresentados em termos do POCAL, os resultados apresentados seriam muito melhores do que estes.-----

-----**António Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que, em relação a este documento, no período de antes da ordem do dia já houve aqui alguns comentários que nos levam a uma ideia, que é a política do betão e do alcatrão. Analisando, disse que este documento tem despesas correntes e despesas de capital, mas há aqui muitas despesas correntes que foram feitas com pessoas e muitas vezes, as pessoas estão cá mais tempo, do que as obras, e portanto, se calhar, contabilisticamente é que estamos a classificar mal, porque a despesa com as pessoas não é uma despesa mas sim um investimento. Neste aspeto, e quanto aos valores que estão à disposição do executivo durante cada ano, tem de haver um equilíbrio e alguns comentários que viu aqui, provavelmente não gostam de equilíbrio, preferindo mais o betão e o alcatrão. Estes, sendo também necessários, têm de ser conservados, e este executivo tem feito algum trabalho em termos de conservação, porque não basta fazer as obras e depois deixá-las ao abandono. De qualquer forma, disse que não pode deixar de dar alguma razão em termos da execução das despesas de capital, mas a sua crítica hoje, é a mesma que andou a fazer durante doze anos quando dizia, que a transferência de saldo de um ano para o outro eram obras que ficavam por fazer. No entanto, todos têm consciência que no ano de 2020 e parte do de 2021, foram anos atípicos, por via do COVID e do confinamento a que todos estavam obrigados. Apesar disso, os cofres continuam cheios. Terminando, disse que tem esperança, porque este executivo tem projetos capazes de se candidatarem aos fundos comunitários que aí vêm, porque está bem capitalizado, aliás como se estava no passado, assim, os fundos estejam disponíveis para isso. Referiu por fim que tem pena que os variados executivos tenham transferido saldos de um ano para o outro, porque cada vez que isso acontece, são benefícios que não estão a ser colocados à disposição dos munícipes. Hoje, como no passado.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse concordar com o deputado **António Pires**, porque realmente dinheiros não gastos, são dinheiros desperdiçados, e destes quatro anos, desperdiçaram-se muito. Nestes quatro anos, a falta de investimento, a falta de execução das despesas de capital, vai afetar a competitividade e a capacidade de fixar pessoas. As contas falam por si. A taxa de execução tem sido todos os anos muito baixa, com muita pena sua, que gostava de ver mais concretização e de ver as coisas serem feitas. Terminando, disse que queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara como justifica, tendo em conta a situação económica da Câmara Municipal, a contração

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do empréstimo de três milhões de euros.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra, passou a apresentar a seguinte intervenção:-----

-----" O documento que nos foi apresentado em relação às contas, revela um documento bem elaborado e está de acordo com o novo sistema de normalização contabilística para a administração pública, que, pela primeira vez, entrou em 2020, a sua obrigação, parecendo-lhe que a transação do anterior POCAL para o SNCAP foi bem-sucedida e envolveu certamente aqui, algum trabalho e alguma dedicação. Toda a demonstração financeira, patente no documento, mapas, demonstrações, gráficos e notas explicativas, se encontram de acordo com o normativo. De acordo com os elementos contabilísticos que nos são apresentados, a diferença das receitas totais, que inclui, corrente, de capital e saldo de gerência anterior, supera ou tem uma diferença positiva em relação às despesas totais, em cerca de 4,5 milhões de euros, valor que irá transitar para o exercício seguinte. O grau de execução deste executivo, em 2020, atingiu os 77,27% do orçamento, portanto, 17,6 milhões, corrente e de capital. Deste valor, treze milhões, foram para despesas correntes, 4,6 milhões foram para despesas de capital, portanto, 26%. O valor das despesas de capital, destes 4,6 milhões, 3,8 milhões foram para investimento, que corresponde a 83%, 11% para transferências e 5% para empréstimo. O grau de execução para despesas de capital, investimento, de 2020, e é isto que a oposição gosta de falar, foram 53,17%, e que a oposição gosta de referir, é normal, se atingíssemos os 100% todos os projetos teriam ficado concluídos, e já verificámos, por diversas razões que não. Este valor, é o que foi executado em relação ao previsto no orçamento de 2020. Como todos sabem, o ano de 2020, foi um ano muito atípico para o exercício normal destas atividades, para as empresas, para os particulares e para o município também, sem exceção. Teve de haver alterações de planos e reforços de outros investimentos que eram prioritários para apoiar as pessoas e as empresas. Alocar muitos meios humanos e recursos de forma a garantir o funcionamento das instituições. Foi necessário muita atenção e muita ação. Mas isto não alterou em nada a linha de investimento previsto do que não foram executados em 2020. Foram executados 4,6 milhões em investimento de capital, que corresponde a 53%. Os restantes 47% não foram executados, que correspondem aos 4,5 milhões que vão passar para o saldo da gerência seguinte. O valor existe, não foi desviado, nem gasto, está afeto aos investimentos previstos e que já deveriam estar em andamento, e que por razões burocráticas e processuais, como já foi referido aqui hoje, ainda não foi possível. Estamos a falar da ALE, que tem sido complicado, não sei por culpa de quem, mas deste executivo não certamente, segundo já foi referido várias vezes, porque a sua vontade é avançar com o processo mais rapidamente possível. Talvez o Governo Socialista que quer burocratizar a coisa, ou pelo menos não o facilitar. Estamos a falar do saneamento da Cumeira, dificuldades processuais. Estamos a falar da Central, que está a bom ritmo mas que ainda não está concluída e por isso não está paga. Só estas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

três grandes obras absorvem grande parte do investimento não realizado. Mas existe mais. Volto a afirmar que nem este, nem outro executivo gosta ou tem prazer em manter os investimentos previstos parados, e muito menos quando existem recursos disponíveis, como é o caso. Por isso, vamos acreditar que tudo isto se desbloqueie rapidamente e que as obras sejam colocadas em execução. Quanto às contas, estão bem elaboradas e merecem a nossa aprovação. Obrigado."---

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, agradecendo aos deputados **Gabriel Vala** e **António Pires**, porque acabaram por lhe poupar aqui algum tempo. De facto, a redução de execução, quando é comparada com o ano de 2017 é efetiva, mas pode-se comparar com 2006, 2007, 2008...2014, dizendo que tem aqui os números. Seguidamente, passou a dizer que o executivo pode não ter feito muitas rotundas, muitas obras de fachada. Mas como já disse, foi feito um grande investimento em reabilitação de património importante do concelho de Porto de Mós, estando também a concluir uma coisa que para o executivo foi uma bandeira, e para os executivos anteriores também foi sempre uma bandeira, mas que nunca o fizeram e que é o abastecimento de água a S. Bento, incluindo a Paiã. Este projeto vai ficar concluído, ficando todos os lugares do concelho de Porto de Mós abastecidos com água, e tem muito orgulho nisso. Quanto à questão do empréstimo, disse que isso faz parte daquilo que é a estratégia de quem gere o orçamento. Se se estiver a gerir a conta bancária, se calhar não faz falta, mas se se tiver uma estratégia, um planeamento, e se perceber que dentro deste planeamento o empréstimo vai ser preciso, vai ter que se contratar, até porque a vida não acaba no final deste ano, estejam sete milhões na conta ou quinhentos mil, porque a conta bancária aqui, é o elemento menos importante. O mais importante é o orçamento, porque o orçamento é que nos compromete. Compromete-nos a fazer, define a estratégia e define as políticas que temos que seguir, até porque este novo SNCAP obriga a perspetivar o que é se quer fazer nos quatro anos seguintes, obrigando a planear o futuro e não havendo outra forma de gerir uma autarquia, neste momento.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2020** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com (13) treze abstenções.**-----

-----**3. Relatório do Auditor Externo sobre as Contas de 2020:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra, dizendo que este documento é apenas para conhecimento da Assembleia Municipal e que sobre ele, não incide qualquer problema, tendo apenas um apontamento feito à constituição de provisões, relativamente ainda ao processo da Central Termoelétrica. O município entende e o Revisor aceita, que não tem de criar provisões no valor de novecentos e tal mil euros porque em nenhuma circunstância seremos condenados a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pagar um valor, que para além de anormal, não tem qualquer suporte legal, segundo os nossos juristas, e portanto, daí que tenha sido incluído em provisão, à cautela, um valor que se situa nos cento e quarenta mil euros, sendo um processo que espera ganhar.-----

-----**António Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Interveio, dizendo que quer enaltecer aqui a coragem da Câmara por ter conseguido tirar da obra o anterior empreiteiro, correndo este risco. Foi um projeto que foi deixado pelo anterior executivo, com um bocadinho de veneno, como se pode aqui comprovar.-----

-----**4. Estatuto do Direito de Oposição; Relatório de Avaliação de 2020:**-----

-----Usando da palavra, o senhor Presidente referiu que também este assunto é apenas para apreciação da Assembleia Municipal, disponibilizando-se para responder a qualquer questão que quisessem colocar.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

-----**5. Modificação aos Documentos Previsionais 2021-2025:**-----

-----**5.1. 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, 5.2. 2.ª Revisão às atividades mais relevantes e 5.3. 2ª Revisão ao orçamento:**-----

-----O senhor Presidente passou a explicar que esta segunda revisão tem que ver com uma candidatura que foi feita relativamente aos bio resíduos. A partir de 2023, todos os municípios são obrigados a separar os bio resíduos. O Município de Porto de Mós, fez uma candidatura, que foi aprovada, mas que obriga a que se introduzam rubricas para esse fim. Já tinham sido introduzidas algumas rubricas, mas elas tem que ser compatíveis e havia duas rubricas que não eram compatíveis com a candidatura. Para além desta alteração, está em causa também um apoio à Junta de Freguesia de S. Bento para a aquisição de um imóvel - a antiga farmácia de S. Bento, que pela sua localização e pela importância de que se reveste esse imóvel para o futuro da freguesia, tendo o executivo entendido apoiar com o valor de quinze mil euros.-----

-----**Mário Alberto Rosa Cruz (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra, disse que a sua questão tem um aspeto meramente formal, sobre o que referiu aqui sobre o apoio do município para a aquisição do imóvel pela Junta de Freguesia. Disse que lhe parece a si, que o ponto 10, não deveria constar para decisão nesta sessão, uma vez que estando agora a aprovar a revisão orçamental, estamos já a fazer constar, no ponto 10 essa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alteração que não consta do orçamento. Disse ainda que não tem a ver com a substancia do ponto, mas formalmente, esse ponto 10 deveria vir posteriormente, para ser votado corretamente.---

-----O senhor Presidente usou da palavra para dizer que, de facto o ponto 10 vem depois desta decisão. Se a decisão da Assembleia não aprovar este ponto que está agora em causa, o ponto 10 cai, se a decisão for de aprovação, o ponto 10 será analisado e votado. O município está habilitado para dar este apoio à freguesia de S. Bento. Se não apoiar agora, o negócio cai por terra, porque ele tem de pagar o imóvel dentro destes dias.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenções, a senhora Presidente da Assembleia pôs a votação o ponto **5.1. 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos**, que foi **aprovado por unanimidade**.-----

-----Seguidamente, pôs a votação o ponto **5.2. 2.ª Revisão às atividades mais relevantes**, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----Finalmente, foi colocado a votação o ponto **5.3 2ª Revisão ao orçamento**, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**6. Tarifa Social relativa à prestação dos Serviços de águas - Decreto- Lei n.º 147/2017 – Proposta:** -----

-----O senhor Presidente passou a palavra à senhora Vereadora Telma Cruz, que passou a explicitar a proposta apresentada e aprovada em reunião de Câmara de 29.04.2021, e que a seguir se transcreve:-----

-----“O Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Porto de Mós, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 215 — 9 de novembro de 2016, estabelece no artigo 63.º, Tarifários especiais, o tarifário social para utilizadores domésticos, bem como o tipo de enquadramento no tarifário.-----

-----Verifica-se que as condições definidas no presente regulamento, ou seja, utilizadores cujo agregado familiar possua rendimento bruto englobável para efeitos de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) que não ultrapasse 25 % do valor do salário mínimo nacional, per capita, dificultam a sua aplicabilidade aos consumidores do Concelho de Porto de Mós.-----

-----Certos das dificuldades sentidas por algumas das famílias, e da necessidade de proteger os consumidores em situação de vulnerabilidade, que devido à sua economia doméstica, não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conseguem pagar as suas contas da água, e que o corte da mesma pode inegavelmente deteriora ainda mais a sua situação, afetando indiretamente a possibilidade de a mesma ser reequilibrada, entendo que a promoção e aplicação de uma tarifa social deverá ser uma ferramenta de apoio aos agregados familiares com menores rendimentos.-----

-----Em 5 de Dezembro de 2017, foi publicada o Decreto-Lei n.º 147/2017, que estabelece o regime de atribuição de tarifa social para a prestação dos serviços de águas, a atribuir pelo Município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas.-----

-----A adesão dos municípios ao regime de tarifa social para o fornecimento dos serviços de água é voluntária, sendo da competência da Câmara Municipal a instrução e decisão relativa à atribuição da mesma, bem como o respetivo financiamento.-----

-----Esta adesão é voluntária, mediante deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.-----

-----Nos termos do referido Decreto-Lei são elegíveis para beneficiar da tarifa social as pessoas singulares com contrato de fornecimento de serviço de águas e que se encontrem em situação de carência económica, considerando-se situação de carência económica as pessoas beneficiárias de:-----

-----Complemento solidário para idosos;-----

-----Rendimento social de inserção;-----

-----Subsídio social de desemprego;-----

-----Abono de família;-----

-----Pensão social de invalidez;-----

-----Pensão social de velhice.-----

-----São considerados ainda em situação de carência económica os clientes finais, cujo agregado familiar tenha um rendimento anual igual ou inferior a (euro) 5 808, acrescido de 50 % por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10, ainda que não beneficiem de qualquer prestação social.-----

-----A elegibilidade de potenciais beneficiários é solicitada, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato, à DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).-----

-----Assim, e face aos constrangimentos sentidos na aplicabilidade da tarifa social definida no Regulamento, e até que o mesmo seja sujeito a revisão, proponho ao órgão executivo a adesão ao regime de atribuição de tarifa social para a prestação dos serviços de águas, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de Dezembro.-----

-----Aos consumidores identificados como beneficiários, proponho a aplicação dos tarifários sociais definidos no Regulamento Tarifário da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água, de Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos no Município de Porto de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mós."-----

-----**António Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que a sua questão se prende com o RGPD, pois os NIF's das pessoas são enviados para a DGAL, que vai fazer a consulta à Segurança Social, pedindo algum cuidado com isso.-----

-----**Liliana Carvalho Pereira (PS):**-----

-----Usando da palavra, perguntou, ao longo deste tempo, quantas foram as famílias que se candidataram e quantas, conseguiram efetivamente, ter acesso a esta tarifa social.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que apenas queria consolidar aquilo que disse no início, e a preocupação demonstrada por este executivo relativamente às pessoas, e a sua função social, sendo prova disso este regulamento e a sua adaptação à realidade.-----

-----A senhora vereadora passou a responder ao senhor deputado **António Pires** relativamente à Proteção de Dados, que essa é uma situação que está salvaguardada pelo próprio Decreto-lei.-----

-----Respondendo depois à deputada **Liliana Pereira**, disse que de todas as famílias que se candidataram, nenhuma conseguiu obter. Se se fizerem contas, um agregado com duzentos euros, não consegue satisfazer o critério que está estabelecido no regulamento.-----

-----Quanto às palavras de **Olga Silvestre**, disse concordar com ela, agradecendo as suas palavra e salientando que é também nesta área que a Câmara tem um forte investimento, dizendo pensar que nesta Assembleia, todos apoiam esse investimento.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente pôs a votação o ponto 6 da Ordem de Trabalhos - **Tarifa Social relativa à prestação dos Serviços de águas - Decreto- Lei n.º 147/2017 – Proposta** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**7. Alteração do Regulamento de Transportes Escolares do Município de Porto de Mós – Proposta:**-----

-----O senhor Presidente passou a palavra à senhora Vereadora Telma Cruz, que passou a explicitar a proposta apresentada e aprovada em reunião de Câmara de 29.04.2021, que tem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como objetivo a promoção de ações que ajudem à fixação de jovens no concelho, e que a seguir se transcreve:-----

-----“Considerando que o Transporte Escolar é uma das competências do Município de Porto de Mós consagrada na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro que veio revogar o Decreto-Lei n.º 299/84, de 05 de setembro.-----

-----O Município de Porto de Mós, para efetivar o serviço de transporte escolar recorre a:-----

-----1. Transporte Coletivo de Passageiros – conforme previsto no artigo 19.º e 36.º do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro;-----

-----2. Circuitos Especiais de Transporte Escolar – conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 19.º do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro;-----

-----Em matéria de comparticipação de transporte escolar, o Município de Porto de Mós, em 2021/2022 comparticipará:-----

-----1. A 100% o custo com transporte escolar, os alunos a frequentar os Jardins de Infância, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Secundário das Escolas do Município de Porto de Mós (Ensino Regular), que cumpram o disposto no artigo 20.º do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro e do Regulamento Municipal de Transportes Escolares;-----

-----2. A 50% o custo com o transporte escolar, a todos os alunos que frequentem escolas fora do município, por inexistência de oferta educativa e que cumpram o definido no Regulamento Municipal de Transportes Escolares.-----

-----Considerando que o Plano de Transportes Escolares é o instrumento de gestão por excelência, uma vez que permite ao Município de Porto de Mós estimar o número de alunos a transportar, o tipo de transporte a utilizar e quanto se estima gastar com esse transporte, artigo 19.º do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro, estima-se que, em 2021/2022 o Município de Porto de Mós assegure o transporte escolar de: -----

NÚMERO TOTAL DE ALUNOS A TRANSPORTAR 2021/2022				
1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	TOTAL
86	233	411	371	1101

-----Assim, o Município de Porto de Mós estima transportar, com comparticipação de 100% do custo de transporte, **950** alunos e comparticipados em 50% do custo de transporte **13** alunos.-----

-----Com o transporte destes alunos, o município de Porto de Mós estima gastar em 2021/2022:

-----Transporte em Carreiras Públicas: **334.722,13€**-----

-----Transporte em Circuitos Especiais (Protocolos de Colaboração): **43.355,50€**-----

-----Transporte em Circuitos Especiais (Contratação Táxis): **13.908,00€**-----

-----Total Estimado – 2021/2022: **391.985,63€**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O presente Plano de Transportes foi submetido a discussão do Conselho Municipal de Educação, em Reunião Ordinária realizada a 12 de maio de 2021, tendo este órgão dado parecer favorável ao plano, conforme previsto no n.º 1 do Artigo 21.º do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro.-----

-----Assim, sou a propor ao Executivo Municipal a aprovação do Plano de Transportes do Município de Porto de Mós, ano letivo 2021/2022, de acordo com o n.º 1 do Artigo 21.º do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro."-----

-----Continuou depois dizendo que este plano se insere na estratégia do executivo, que, para além do apoio às famílias, pretende a fixação dos jovens. Em 2016, o Município de Porto de Mós, participava ou tinha a estudar fora das escolas do concelho, mais de duas centenas de alunos e este ano letivo que está a terminar, apenas temos treze alunos a estudar fora das escolas do concelho, exatamente porque o curso que pretendiam – artes – aqui não era lecionado, por não haver alunos suficientes para constituir uma turma.-----

-----**João Guilherme Cerejo dos Santos (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que este regulamento vem a calhar bem, e acaba por ser uma aposta, não só para todos os alunos até ao 12º ano, mas também um alívio para os próprios encarregados de educação, porque se trata de uma aposta que não só apoia os pais ajudando-os a gerir melhor os seus tempos de trabalho, mas também o seu bolso. Disse ainda que não se podem obrigar os alunos a frequentar as escolas do concelho mas o que se pode fazer é o melhor, de forma a atraí-los cada vez mais para estudarem no concelho de Porto de Mós. Apesar de o Agrupamento não poder oferecer todas as áreas que são disponibilizadas pelo ensino público em Portugal, por falta de inscrições, como é o exemplo das artes, cabe-nos também auxiliar também aqueles que vão para fora do concelho. Terminou dizendo que, apesar de tudo, e isso vê-se nos rankings anuais, que as escolas do concelho de Porto de Mós, alcançam sempre lugares de excelência. Nesse sentido, disse querer saudar a proposta do município de participar em pleno os transportes escolares dos alunos. -----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente pôs a votação o presente ponto da ordem de trabalhos - **Alteração do Regulamento de Transportes Escolares do Município de Porto de Mós – Proposta** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**8. Descentralização de Competências para os Órgãos Municipais do Domínio da Ação Social – Proposta de não-aceitação para o ano de 2021:**-----

-----A senhora Vereadora com o pelouro da Ação Social passou a apresentar a proposta que a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seguir se transcreve, que foi presente a reunião de Câmara de 27.05.2021, tendo merecido a sua aprovação.-----

-----“A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, foi o pontapé de saída para despoletar a descentralização de competências nos órgãos municipais, como reforço da autonomia local visto que, não só prevê a descentralização de competências da administração direta e indireta do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, mas também a possibilidade de se proceder à redistribuição de competências entre a administração autárquica, fortalecendo o papel das autarquias locais e possibilitando uma maior adequação dos serviços prestados à população, o que se traduz num melhor atendimento e numa resposta mais eficaz aos cidadãos, em especial aos mais vulneráveis socialmente.-----

-----Neste sentido, o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais em matéria de ação social, estabelece que cabe aos órgãos dos municípios a competência para a elaboração e divulgação das cartas sociais municipais, para a emissão de parecer sobre a criação de serviços e equipamentos sociais com apoios públicos, para a coordenação da execução dos programas dos contratos locais de desenvolvimento social, para o desenvolvimento de programas de promoção de conforto habitacional para pessoas idosas, para assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social, para a elaboração dos relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e a atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social, para a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção, bem como para a implementação da componente de apoio à família para crianças que frequentam o ensino pré-escolar da rede pública.-----

-----A concretização dessas competências no domínio da ação social é materializada pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, que por sua vez, faz impender a sua aplicação de regulamentação através da publicação de portarias, relativamente às áreas de intervenção que passarão a ser de responsabilidade municipal, a saber: Carta Social Municipal, coordenação da execução do Programa dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social, e Serviços de Atendimento e Acompanhamento e Apoios Sociais, estes últimos na vertente do atendimento e de acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, na vertente da elaboração dos relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e a atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social, e, ainda, no âmbito da celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção.-----

-----Em 17 de março de 2021, foram publicadas as quatro portarias, que dão corpo ao processo de transferência de competências no âmbito da ação social, Portaria n.º 63/2021, que regula o serviço de atendimento e acompanhamento social pelas câmara municipais, Portaria n.º

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

64/2021, que define as competências do programa de contratos locais de desenvolvimento social das autarquias locais, Portaria n.º 65/2021, que estabelece os termos de operacionalização da transição dos contratos RSI para as autarquias locais e a Portaria nº 66/2021, que regula a matéria referente à criação de cartas sociais municipais e respetivas revisões.-----

-----As competências consideram-se transferidas até 31 de março de 2022, no entanto, no ano de 2021, estabelece o n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, que os municípios que entendam não as assumir devem deliberar nesse sentido 60 dias após a publicação do despacho que prevê os recursos financeiros e as portarias regulamentadoras.-----

-----Nesse sentido, prevê o artigo 16.º, n.º 3, que os recursos financeiros para efeitos da deliberação a que se refere o n.º 2 do artigo 24.º, no prazo de 90 dias corridos após a entrada em vigor do presente decreto-lei, é publicado, por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social, o mapa com os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização que são transferidos para os municípios no ano de 2021, no âmbito das competências referidas nos artigos 10.º e 11.º.-----

-----Sucede que, volvido o prazo referido naquela disposição legal, a publicação do despacho com o mapa que prevê os montantes a transferir para os municípios ainda não aconteceu, que segundo o relatório trimestral sobre o processo, a DGAL atribui à pandemia dificuldades com reuniões e constituição de grupos de trabalho, a juntar à complexidade do processo de analisar o exercício de cada competência por cada Município, caso a caso, que ocupou as prioridades dos municípios e dos decisores políticos. -----

-----No entanto, foi este Município notificado pelo ofício n.º 001591 de 26/03/2021, do Gabinete da Secretária de Estado da Ação Social, para os efeitos previsto no n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, se pronunciar sobre o mapa que contém os recursos financeiros a transferir de acordo com a realidade local, cuja resposta foi efetuada dentro do prazo legal estabelecido para o efeito, através do Nosso ofício n.º 8125, de 23/04/2021, da qual ainda se aguarda resposta sobre as dúvidas suscitadas acerca dos mesmos, não obstante, a insistência na mesma o que até à data ainda não se verificou, conforme documentação que se anexa.-----

-----Em face do que antecede, pelas dúvidas que persistem face à falta de informação disponibilizada pelo governo, que não permite conhecer integralmente os meios quer financeiros, quer humanos a afetar às responsabilidades que passarão a ser do município, cuja capacidade de resposta vai muito para além dos números e das questões monetárias, como parece ser o foco que está subjacente à gestão desses recursos de acordo com as previsões do respetivo departamento governamental.-----

-----Por outro lado, o Município de Porto de Mós, entende que o conjunto de competências a transferir no domínio da ação social, é uma área extraordinariamente importante, dado que, são pessoas que estão em causa e as suas famílias, não se trata apenas, de mudar a entidade que trata do assunto, deixa de ser na Segurança Social e passa a ser na Câmara Municipal, mas sim, de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exercer uma atribuição legal no domínio da ação social, conferida por lei aos municípios, na promoção e salvaguarda dos interesses das respetivas populações, atentos a autonomia local, consagrada constitucionalmente, que agora mais do nunca, neste atual contexto de crise tornou ainda mais evidente que o Estado social é um pilar fundamental da cidadania e do desenvolvimento económico na sociedade.-----

-----Pelo que, não se compadece com a mera mudança de entidades, tanto mais, que temos vivido uma época completamente anormal, no contexto de uma pandemia que do ponto de vista económico-social, tem causado alterações substanciais no contexto dos agregados familiares, nomeadamente, com a diminuição de rendimentos, derivada à situação de desemprego, de diversos empregadores em lay-off, de apoio assistencial a filhos menores de doze anos, e outras medidas decorrentes do abrandamento da atividade económica maioritariamente vivida a nível nacional e internacional, cuja realidade não foi considerada nas contas feitas pelo governo e veiculadas pelo mapa de recursos já aqui referidos, e que parece ser o sustento da concretização de transferências em referência, que o Município de Porto de Mós pretende não aceitar, desde logo, por considerar que não responde às necessidades da população, que obrigará o Município a ter que prestar aquele serviço por sua conta, podendo levar a um agravamento da sua situação financeira, com sérios custos para a população do concelho, comprometendo o cumprimento dos objetivos estratégicos de eficácia, eficiência e qualidade do serviço público e impossibilitando uma resposta adequada aos problemas das populações, que permita um serviço público de acesso universal e promotor de igualdade e inclusão social.-----

-----Assim, proponho que nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a proposta a submeter à Assembleia Municipal com o seguinte conteúdo:-----

-----1. O Município de Porto de Mós não reúne as condições necessárias para receber a transferência de competências no domínio da Ação Social. -----

-----2. Que esta proposta seja aprovada em minuta pela Assembleia Municipal para os efeitos de execução imediata."-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Descentralização de Competências para os Órgãos Municipais do Domínio da Ação Social – Proposta de não-aceitação para o ano de 2021** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**9. Proposta de Alteração por Adaptação - Transposição de Normas do Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros para o PDM:** -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicitar a informação que foi presente a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reunião de Câmara de 11.06.2021, tendo sido a mesma sido aprovada e tendo ainda sido deliberado dela dar conhecimento a esta Assembleia Municipal, e que a seguir se transcreve:-----

-----“A publicação da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio determinou a recondução dos Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) a Programas Especiais de Ordenamento do Território, igualmente consagrando que as normas diretamente vinculativas dos particulares que integrassem esses Planos deveriam ser transpostas para os planos municipais ou intermunicipais de ordenamento do território. -----

-----Estabelece, ainda, a referida Lei, que as normas devem ser transpostas para os PDM, no prazo máximo de três anos a contar da data da sua entrada em vigor, isto é, até 29 de junho de 2017.-----

-----O prazo primeiramente estabelecido, foi objeto de prorrogação, até 13 de julho de 2020, pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto, foi suspenso pelo Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio e, no seguimento da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 68/2020, de 5 de novembro, veio a ser novamente prorrogado até 13 de julho de 2021.-----

-----A não transposição das normas em questão, dentro do prazo estabelecido, implica a suspensão das prescrições do PDM que deveriam ter sido alteradas, impedindo, na área abrangida, a prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a alteração do uso do solo, durante o período da suspensão, originando, ainda, a rejeição de candidaturas de projetos a benefícios ou subsídios outorgados por entidades ou serviços públicos nacionais ou comunitários, bem como a não celebração de contratos-programa, até à regularização da situação, (conforme os n.os 5 e 6 do Art.º 46.º da Lei n.º 31/2014, de 30/05).-----

-----Decorrendo esta obrigatoriedade de transposição de normas da entrada em vigor de uma Lei (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), determina o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, no artigo 121º, ser possível recorrer a uma Alteração por Adaptação para conformar os Instrumentos de Gestão Territorial com o quadro legal vigente. Determina, também, que a aprovação deste procedimento depende de mera declaração da entidade responsável pela elaboração do plano, que deverá ser “transmitida previamente ao órgão competente pela aprovação do (...) plano (...), sendo depois transmitida à comissão de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competente e remetida para publicação e depósito”, nos termos do previsto nos artigos 191.º a 193.º do referido diploma.-----

-----Neste seguimento, apresenta-se à consideração do órgão executivo municipal, a proposta de Alteração por Adaptação da 1.ª Revisão do PDM de Porto de Mós para integração de normas do Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, para análise e, caso assim o entenda, aprovação.”-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia passou ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

-----**10. Participação Financeira à Freguesia de São Bento para apoio na aquisição da antiga Farmácia – Proposta:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse que já atrás se debruçou sobre esta proposta que a seguir se transcreve, e que foi presente a reunião de Câmara de 11.06.2021, tendo sido aprovada por maioria, pelo que ficava disponível para responder sobre qualquer questão que entendessem colocar-lhe, sobre este assunto.-----

-----“A Junta de Freguesia de São Bento adquiriu o edifício da antiga Farmácia, pois surgiu uma oportunidade única para adquirir o edifício em leilão, num processo que culminou após insolvência da empresa detentora do mesmo.-----

-----Considerando que o edifício está enquadrado numa zona privilegiada da Freguesia e que possibilita uma adaptação do mesmo para diversos serviços à população;-----

-----Considerando que o Município tem uma estratégia de gestão de proximidade com todas as Freguesias, dando o apoio financeiro necessário quando existem oportunidades que beneficiem a população;-----

-----Considerando que, apesar do valor de compra, de 41.000,00€, não ser avultado para o edifício em questão, esta Freguesia não tem uma capacidade financeira que permita efetuar grandes investimentos de forma pontual;-----

-----Propõe-se, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com a alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma norma legal, a participação financeira à Junta de Freguesia de São Bento, no valor de 15.000,00€ a submeter à respetiva Assembleia Municipal.”-----

-----**Tiago Manuel da Costa Rei (Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento – PSD):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes, disse que gostaria de falar sobre dois assuntos: a Homenagem que foi feita aos Combatentes na sua Freguesia com a inauguração de um monumento alusivo aos mesmos, e também sobre o ponto que está agora em discussão, sobre a aquisição da antiga farmácia pela Junta de Freguesia de S. Bento. Referindo-se a este último assunto, disse que aquele espaço sempre foi da freguesia que o doou na altura para se fazer aquela construção, sendo que considera, que futuramente é um espaço útil para a freguesia. Assim, pediu à Assembleia Municipal que considerasse a situação para que o negócio se possa fazer. Relativamente à homenagem aos Combatentes, disse querer agradecer em primeiro lugar, ao senhor Telmo da Conceição, que foi fundamental para este projeto. Disse depois que hoje

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

está aqui muito feliz, porque nunca ouviu falar tanto em S. Bento, numa Assembleia Municipal, como hoje, pelo menos, de forma positiva e não apenas porque S. Bento não tem água ou S. Bento não tem alcatrão. Referiu depois que o monumento está lá, convidando todos os que não tiveram oportunidade de ir à inauguração, a ir visitá-lo, disponibilizando-se para explicar o enquadramento do monumento.

Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):

Usou da palavra falando novamente do aspeto formal. Disse que a Assembleia vai votar este ponto, porque o mesmo não foi retirado, dizendo que queria chamar a atenção, de que, e ao contrário do que acontece com o ponto seguinte, que foi objeto de uma alteração orçamental prévia, a deliberação que daqui sair, formalmente, está ferida de ilegalidade. Apenas está a chamar a atenção para isso.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Comparticipação Financeira à Freguesia de São Bento para apoio na aquisição da antiga Farmácia – Proposta** – posta a votação, tendo a mesma sido **aprovada por maioria, com onze votos contra**.

O deputado Mário Cruz fez chegar à Mesa da Assembleia Municipal a declaração de voto que a seguir se transcreve:

“DECLARAÇÃO CONJUNTA DE VOTO DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO

PARTIDO SOCIALISTA E DO MOVIMENTO AJSIM

O sentido de voto das bancadas do PS e do grupo AJSIM no ponto 10 da ordem de trabalhos “Comparticipação financeira à Freguesia de São Bento para apoio na aquisição da antiga Farmácia” tem um único motivo: a despesa constante da deliberação proposta à Assembleia Municipal, não tinha, aquando da sua proposta em reunião de executivo Municipal, cabimento orçamental. O mesmo se passa, na presente proposta à Assembleia Municipal, já que a revisão Orçamental só se torna válida após a aprovação da ata por minuta. Ora, tal facto, configura grave violação por parte do Município das regras constantes da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e bem assim violação grosseira tanto das regras do POCAL como ainda da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Ora, atendendo às competências legais da Assembleia Municipal, constantes da já referida Lei 75/2013, nomeadamente em matéria de fiscalização da atividade do executivo municipal, bem como no exercício de um controlo de legalidade da atividade do mesmo, não pode a Assembleia Municipal votar favoravelmente uma deliberação irregular e/ou ilegal.

Por tal motivo, os deputados municipais dos grupos municipais do PS e AJSIM, votam desfavoravelmente a proposta vertida no ponto 10 da Ordem de Trabalhos “Comparticipação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Financeira à Freguesia de S. Bento para apoio na aquisição da antiga Farmácia".-----
-----Os mesmos grupos, desde já realçam, que estão totalmente de acordo com o apoio a conceder à freguesia de S. Bento para aquisição da antiga farmácia, sendo que aprovarão tal deliberação quando a mesma for trazida a esta Assembleia Municipal, cumprindo com todo o rigor e formalismo que a lei impõe."-----

-----11. Comparticipação Financeira à União de Freguesias de Alvados e Alcaria para Reabilitação das margens do Rio Cabrão – Proposta:-----

-----O senhor Presidente da Câmara, passou a explicitar a proposta que a seguir se transcreve e que foi objeto de aprovação em reunião de Câmara de 11.06.2021:-----

-----"O Município tinha no seu plano Orçamental a execução de uma reabilitação das margens do Rio Cabrão em Alvados, no sentido de melhorar o percurso pedonal, rodoviário e do próprio leito do Rio.-----

-----Neste contexto, o Executivo da União de Freguesias de Alvados e Alcaria, solicitou ao Executivo Municipal a possibilidade de ser a própria Junta de Freguesia a gerir todo o processo de intervenção local, uma vez que foi esta a efetuar o projeto, por se tratar de uma extensão considerável e conseqüentemente uma gestão minuciosa ao longo do curso do Rio, salvaguardando desta forma a concretização da empreitada com toda a exigência necessário na intervenção em causa.-----

-----Considerando que o Município já tinha refletido numa revisão orçamental a transferência deste montante para a Junta de Freguesia;-----

-----Considerando que a Junta de Freguesia é detentora do projeto e tem a decorrer os procedimentos administrativos para levar a efeito a sua execução;-----

-----Considerando que a Junta de Freguesia tem uma proximidade que lhe permite garantir uma execução e conhecimento adequado ao desenrolar de toda a intervenção;-----

-----Propõe-se, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com a alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma norma legal, a comparticipação financeira à União de Freguesias de Alvados e Alcaria, no montante igual ao previsto no plano do Orçamento Municipal, no valor de 80.000,00€ a submeter à respetiva Assembleia Municipal."-----

-----Sandra Maria da Silva Martins (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alvados e Alcaria – PSD):-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes disse que apenas queria dar conhecimento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do estado de degradação em que se encontra esta linha de água e que põe em causa a segurança das pessoas que por ali passam, tratando-se de uma situação de urgência, com vista à segurança das pessoas.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Em relação a este ponto, disse que quem anda muito por ali, como ele anda, e vê a circulação de pessoas permanente naquela estrada, incluindo turistas, fica mal impressionada com o estado de degradação das margens do rio, sendo até potencialmente perigoso. Terminou dizendo que se trata de uma obra muito importante para a freguesia de Alvalade e Alcaria. -----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Comparticipação Financeira à União de Freguesias de Alvalade e Alcaria para Reabilitação das margens do Rio Cabrão - Proposta** – posta a votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----**10. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou depois a dar uma nota sobre a evolução do processo de vacinação COVID no concelho de Porto de Mós, dizendo que está a correr muito bem. Apelou ao auto agendamento da população, porque se não o fizerem, não haverá espaço para serem chamados, dado que as pessoas dos outros concelhos vêm ser vacinadas em Porto de Mós. Deu ainda nota do número de vacinações efetuadas no concelho de Porto de Mós. Seguidamente informou sobre os apontamentos que irão ter lugar no âmbito das Festas de S. Pedro, convidando todos a estarem presentes, cumprindo os protocolos de segurança relativos ao COVID.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Câmara disse que estava disponível para responder às questões que entendessem colocar-lhe.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que está nesta Assembleia há dezasseis anos e não está aqui para não dizer rigorosamente nada e apenas para votar. Disse ainda que está aqui pela sua freguesia que é o Juncal e cada vez que reclama, é no bom sentido e para que a sua freguesia progrida. Não aceita que lhe digam que só vem para aqui criticar, porque foi eleito para estar aqui e está de pleno direito e tem o direito à sua opinião. Terminou dizendo que há pouco ficou aborrecido porque o senhor Presidente da Câmara lhe disse que está sempre a criticar por criticar. Disse ainda

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o Presidente dos Bombeiros do Juncal disse ao senhor Presidente da Câmara que estava tudo bem, desafiando este último a ir com ele ver o que é que efetivamente foi feito, porque assim até parece que ele próprio vem aqui dizer que está mal apenas por dizer.-----

-----**Mário Alberto Rosa Cruz (AJSIM):**-----

-----Usou da palavra para congratular a organização do processo de vacinação do concelho de Porto de Mós e disse que pode efetivamente confirmar que variadíssimas pessoas de outros concelhos, que conhece, aqui vêm ser vacinadas. Referiu-se ainda ao facto de aqui ter sido dito pelo Júlio Vieira, que a oposição só diz mal e que as intervenções são deprimentes. É ler as atas, disse, não dizemos só mal. Quando é preciso criticar, criticamos. Disse ainda que da bancada do PSD, o Júlio Vieira e o António Pires, são as duas únicas pessoas a quem ouviu críticas ao executivo em funções, e apontar outras razões que não são aquelas que o executivo preconiza. No mais, temos sempre de facto, intervenções, dessas deprimentes, de uma quase beatificação daquilo que faz o executivo. Disse ainda que, relativamente à atividade da Câmara e também aos investimentos efetuados, esta desculpa do Covid não pode servir para tudo, porque nunca a atividade imobiliária e de construção, esteve tão fulgurante neste País, e portanto não venham dizer que o Covid parou tudo. Terminou dizendo que queria deixar um repto à senhora Presidente da Assembleia, porque aprecia muito mais as homenagens em vida e no ativo, do que depois, e portanto acha que é de toda a justiça, pelo percurso do António Pires, pela dedicação à causa pública durante muitos anos, não só na Assembleia como na Junta de Freguesia e noutras instituições, que esta Assembleia Municipal lhe fizesse um voto de louvor. É a sua opinião e fica à consideração da senhora Presidente.-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que apenas queria aqui deixar duas questões ao senhor Presidente da Câmara relativamente ao relatório financeiro, perguntou para onde é que vai este ajuste direto em regime de avença para a área turística, e que tipo de projeto vai ser feito no posto de turismo para justificar um investimento de cento e quarenta mil euros, num espaço tão confinado. Por fim, em relação à requalificação do acesso ao Castelo, perguntou se foi tido em conta algum parecer em termos paisagísticos, dado que têm sido feitos alguns vídeos com drones, revelando a beleza e o encanto do Castelo e se essa intervenção não lhe retirará esse esplendor.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara que queria lavar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aqui um violento protesto contra algo que disse nesta Assembleia. Que se engane, e que troque os nomes ainda se percebe, mas que diga os *idosos abaixo dos sessenta anos*, é que não lhe perdoa. Disse depois, em relação ao deputado António Pires, que ao longo dos dezasseis ou dezassete anos em que o acompanha nestas lides políticas, muitas vezes estiveram em discordância. No entanto, nunca deixou de perceber a forma como ele sempre procurou defender aquilo que achava que era melhor para Porto de Mós. E como o líder da bancada está distraído e se deixou ultrapassar pela esquerda pelo deputado Mário Cruz, disse que queria subscrever aquilo que este acabou de referir, por achar que é da mais elementar justiça que esta Assembleia lhe atribua um voto de louvor, pela dedicação que ele teve ao longo destes anos todos.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia disse que, como ainda há mais uma sessão desta Assembleia Municipal, e há pelo menos mais uma pessoa que não vai estar presente no futuro, se deixaria para essa sessão a atribuição desses votos de louvor, se o plenário concordasse. -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes. Sobre a questão que **Mário Cruz** referiu do COVID, de facto a construção está em alta, agora, recordando que o empreiteiro da Central lhe disse que tinha que parar a obra, não podia estar a trabalhar. E nessa altura o país parou. E as coisas não se recuperam de um dia para o outro. Quanto às questões colocadas por **David Salgueiro**, disse que a contratação em regime de avença de uma jovem licenciada em turismo é para integrar a equipa ligada ao turismo. Quanto ao posto de turismo, disse que este comporta uma ampliação com tudo o que é necessário para que um posto de turismo possa funcionar. No que refere ao estacionamento, disse que esse já existe. No que se refere ao acesso ao Castelo, lembra que o acesso que existia à Fonte do Castelo estava vergonhosamente abandonada, oferecendo perigo até, para quem por ali passasse, pelo que o executivo achou que merecia essa intervenção. Esta intervenção foi aprovada pela Direção Regional da Cultura do Centro, considerado que se tratava de uma obra pouco intrusiva e que melhorava a qualidade dos visitantes, até porque vai haver estacionamentos, do lado poente para dois ou três autocarros, pretendendo-se valorizar toda a encosta norte que tão necessitada está.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 2, 5, (5.1, 5.2, 5.3,) 6, 7, 8, 10, e 11 da Ordem de Trabalhos**, dispensando a sua leitura. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 23.30 horas do dia 26 de junho e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

